

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**  
**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**  
**Período de Análise: fevereiro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

## Índice

<b>Grandes empresas avaliam agora sua pegada florestal</b> – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 11/02/2010.....	25
<b>O que é a pegada de carbono</b> – Valor Econômico – Internacional – 11/02/2010 .....	26
<b>Pegada de carbono faz empresa trocar fornecedor</b> - Sheila McNulty – Valor Econômico – Internacional – 11/02/2010.....	27
<b>Esquenta debate sobre o Código Florestal</b> – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – especial – 17/02/2010 .....	34
<b>Stephanes está de um lado e ambiente e agricultura familiar, de outro, diz Minc</b> – Valor Econômico – Especial – 17/02/2010.....	35
<b>Para Aldo, mudança na legislação não pode acelerar a fuga do campo</b> – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 17/02/2010.....	37
<b>Sem clima, chefe de convenção da ONU sai</b> – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 19/02/2010.....	40
<b>Demissão sedimenta derrocada de acordo</b> – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 19/02/2010.....	41
<b>Meio ambiente como risco de crédito</b> - Claudia Safatle – Valor Econômico – Brasil - 19/02/2010 .....	42
<b>FAO quer taxa ambiental na pecuária</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 19/02/2010 .....	44
<b>Que faremos como clima?</b> – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço aberto – 19/02/2010 .....	46
<b>Força-tarefa tenta recuperar imagem da ciência do clima</b> – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 21/02/2010 .....	48
<b>Pesquisador reclama de assédio de céticos</b> – Folha de São Paulo - Ciência – 21/02/2010 .....	49
<b>CNA: pecuária pode contribuir para redução de gases de efeito estufa</b> - Sítio Eletrônico da CNA – 23/02/2010	50
<b>Mapa incentiva recuperação de áreas degradadas e plantio de florestas</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 24/02/2010 .....	51
<b>Lula critica UE por "fracasso" em Copenhague</b> – Simone Iglesias e Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Ciência – 24/02/2010 .....	52
<b>Aldo une esquerda e ruralistas na reforma do código florestal</b> – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 24/02/2010.....	52
<b>Programa do Mapa reforça Desmatamento Zero na Amazônia</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/02/2010.....	53

<b>Ambientalistas e ruralistas disputam comissão - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Política - 25/02/2010.....</b>	<b>55</b>
<b>Como avaliar a sustentabilidade - José Eli da Veiga - Valor Econômico - Opinião - 25/02/2010.....</b>	<b>56</b>
<b>Crise acentua impasse de Copenhague - Daniella Chiaretti - Valor Econômico - Especial - 25/02/2010.....</b>	<b>58</b>
<b>O contra-ataque ambiental dos ruralistas - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócios - 25/02/2010 .....</b>	<b>60</b>
<b>Painel do clima terá auditoria externa para avaliar dados - Folha de São Paulo - Ciência - 27/02/2010.....</b>	<b>61</b>

## FMI quer fundo do clima com US\$ 100 bi – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2010

Dinheiro para lutar contra aquecimento pode vir de ativo internacional de reservas, diz diretor-gerente da entidade

Para Dominique Strauss- Kahn, crise obriga países a serem criativos na busca de verba para o ambiente, mas isso não os isenta do dever

*Dominique Strauss-Kahn, diretor-gerente do FMI, fala em sessão do Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), no sábado*

### DA FRANCE PRESSE

O FMI (Fundo Monetário Internacional) está planejando um fundo de US\$ 100 bilhões para ajudar países a lidarem com o aquecimento global, anunciou anteontem a entidade em um encontro de autoridades políticas e financeiras no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. "O novo modelo de crescimento será de baixo carbono", disse Dominique Strauss-Kahn, diretor-gerente do FMI. Segundo ele, esforços para mitigar a mudança climática não podem ser bloqueados "só porque não podemos atingir as necessidades financeiras".

Os países em desenvolvimento não têm fundos para as medidas de adaptação, e a capacidade dos países desenvolvidos para conceder parte dos seus está limitada por dívidas, pois reservas foram usadas para remediar a crise financeira. Strauss-Kahn diz que, por conta disso, será necessário pensar de modo criativo para construir o novo fundo de mitigação para o clima. "Temos que achar maneira inovadoras para financiar isso", disse o economista e político francês. "Vamos fornecer algumas ideias construídas em torno de um Fundo Verde para financiar US\$ 100 bilhões anuais -que é o valor atualmente aceito para atacar o problema- baseado em capitalização vinda de bancos centrais, sustentada por direitos especiais de saque emitidos pelo fundo" Direitos especiais de saque (SDRs) são um ativo internacional de reserva criado pelo FMI em 1969 como suplemento a reservas oficiais dos países-membros do fundo. Funciona com uma "moeda global", com cotação calculada em relação a várias unidades monetárias.

Em seu site, o FMI diz que deve publicar dentro de algumas semanas um documento detalhando as ideias sobre como o novo fundo seria criado.

### Crise

### verdejante

Os Estados Unidos defenderam em Davos que governos devem investir no setor verde à medida que tentam criar novos empregos no rastro da crise econômica. Isso ajudaria a mover o planeta na direção de uma sociedade mais verde. O discurso foi adotado por empresários.

Azim Premji, presidente da indiana Wipro, gigante da área de tecnologia da informação, afirmou que os problemas de lidar com a mudança climática e de reduzir a pobreza devem ser atacados conjuntamente. "Para mim, quando esses dois desafios são combinados, apresentam uma nova oportunidade", disse o indiano. "O mundo em desenvolvimento ainda têm de construir

a maior parte de sua infraestrutura energética e de sua infraestrutura física, além de adquirir seus bens de consumo. Como ainda não possui essas coisas, tem grande oportunidade para lidar com a mudança climática e a sustentabilidade ecológica." Jamie Drummond, diretor-executivo da campanha ONE -iniciativa de um grupo de várias ONGs contra a pobreza-, avaliou o anúncio do FMI como positivo, mas afirma que grandes somas de dinheiro ainda serão necessárias para complementar o fundo proposto pelo FMI para ajudar os países a lidarem com os efeitos da mudança do clima imediatamente. Segundo a ONG, mesmo com novo fundo prevendo "empréstimos concessionais" - com juros baixos e prazos longos- ainda seria necessário um "financiamento em doações" para os países mais pobres. Um valor de US\$ 30 bilhões em "dinheiro rápido" foi oferecido pelos países desenvolvidos no encontro do clima de Copenhague, em dezembro. O dinheiro deve ser repassado em três parcelas, de 2010 a 2012.

#### **Acordo de Copenhague ganha adesão – Folha de São Paulo – Ciência – 01/02/2010**

##### DA REUTERS

Os países signatários do Acordo de Copenhague, o documento redigido na conferência do clima em dezembro passado, aderiram oficialmente aos termos do texto, respeitando o prazo que tinham para fazê-lo, encerrado ontem. O documento lista promessas que vários países submeteram no encontro, encerrado sem uma meta global de corte de emissões de gases-estufa. A ONU deve publicar hoje uma lista com as adesões. As nações que assinam o acordo mantiveram as propostas que faziam desde antes da conferência, consideradas insuficientes para manter o aquecimento da Terra abaixo de 2C, cenário perigoso. As promessas não têm linha de base comum. A União Europeia promete cortar 20% das emissões até 2020, em relação a 1990. Os EUA acenam com corte de 17%, em relação a hoje. O Brasil deve cortar até 39% de seu volume estimado para 2020, e a China propõe cortar 45% das emissões em relação a cada dólar do PIB.

#### **Desmate na Amazônia cai 250 km2 no fim do ano – Folha de São Paulo – Ciência – 02/02/2010**

Em outubro e novembro, redução foi de quase 30%

##### DA SUCURSAL DO RIO

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que a área desmatada na Amazônia em outubro e novembro de 2009 sofreu "queda expressiva", de mais de 250 km2, em relação ao mesmo período de 2008. Os dados serão detalhados hoje pelo ministério. A informação dada pelo ministro indica que a área degradada no período foi pelo menos 28% menor nos dois meses de 2009. Em outubro de 2008, o desmatamento na Amazônia "visto" pelo sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real) atingiu 541 km2 e, no mês seguinte, 355 km2. "O que esses dois meses já reduziram em relação ao mesmo período do ano anterior é

mais do que a área que será inundada de forma suplementar pela usina de Belo Monte", afirmou Minc. O projeto da hidrelétrica prevê o alagamento de 500 km<sup>2</sup> de floresta, mas, segundo Minc, metade são áreas que já ficam alagadas no período de chuvas na Amazônia.

"No início disseram que o desmatamento estava caindo por causa da chuva, depois por causa da crise, e depois disseram que era por sorte. Mas os números mostram que estamos no caminho certo, apreendendo o boi pirata, cortando o crédito dos desmatadores e incentivando as atividades sustentáveis", afirmou. De agosto de 2008 a julho de 2009, quando foram compilados os dados anuais do desmatamento, a área derrubada chegou a 7.000 km<sup>2</sup>, 45% menor do que a dos 12 meses anteriores. O resultado foi o melhor desde que o monitoramento por satélite teve início, em 1988.

### **Desmatamento da Amazônia cai 72% nos meses de outubro e novembro de 2009** - Carlos Américo – Sítio eletrônico do MMA - 02/02/2010

Dados do Deter divulgados nesta terça-feira (2/2) pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) indicam uma queda acumulada no desmatamento de 72% nos meses de outubro e novembro de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior. Pelo sistema de monitoramento por satélite, que mede a área desmatada na Amazônia em tempo real, em outubro o desmatamento foi de 175 km<sup>2</sup> e, em novembro, 72 km<sup>2</sup>.

As quedas sucessivas nas taxas de desmatamento levaram o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, durante coletiva de imprensa, a prever que o Brasil poderá apresentar uma redução em 2020 de mais de 95% na área desmatada em relação à década anterior, batendo a meta do governo, que é de 80%, de acordo com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas aprovado pelo presidente Lula.

De acordo com Minc, o desmatamento da Amazônia está sob controle. Para ele, sinal disso é que os números registrados nesses dois meses representam "uma queda expressiva em cima do menor desmatamento da história e em um momento de franca recuperação da economia". Na última avaliação do sistema Prodes, que registra o desmatamento no período de um ano, entre agosto de 2008 e julho de 2009 foi detectado o menor desmatamento dos últimos 21 anos.

A cobertura de nuvem em outubro foi de 23%, quatro por cento a menos que em 2008, e em novembro foi registrada a presença da cobertura de nuvens em 51% da Amazônia, 12% a menos que no mesmo mês do ano anterior. Segundo o Inpe, a intensidade de nuvens na região amazônica durante dezembro não permitiu a observação por satélites no período.

No mês de outubro, o Pará foi o estado com maior área desmatada (67 km<sup>2</sup>), seguido de Mato Grosso (41 km<sup>2</sup>), Amazonas (32 km<sup>2</sup>) e Rondônia (14 km<sup>2</sup>). Em novembro, o Pará continuou em primeiro, com 40 km<sup>2</sup>, seguido de Maranhão (18 km<sup>2</sup>), Mato Grosso (8 km<sup>2</sup>) e Rondônia (2 km<sup>2</sup>).

Para o ministro, a queda no desmatamento reflete, em grande parte, o resultado das ações coordenadas da Comissão Interministerial de Combate ao Crime e Infrações Ambientais (Ciccia), que com ações de comando e controle apreendeu bois piratas, embargou propriedades e intensificou as fiscalizações.

Ele explicou que os satélites do Inpe e o sistema japonês Alos, que consegue ver através das nuvens, permitiram que fiscais atuassem em áreas com desmatamento em fase inicial. Como exemplo, Minc contou o caso do município de Apuí, no

Amazonas. No mês de outubro foram registrados 32 km<sup>2</sup> de desmatamento no estado. Com a área desmatada identificada pelos satélites, a equipe da Ciccia pôde atuar prontamente. O resultado foi desmatamento zero no mês de novembro.

Para o ministro, agora é o momento de intensificar as ações que levam alternativas sustentáveis à população que vive na Amazônia. Ele citou o Mutirão Arco Verde, que leva piscicultura, manejo florestal comunitário, extrativismo; e o Fundo Amazônia, que financiará projetos sustentáveis. "Com isso a gente quer mostrar que é possível a população viver com dignidade na Amazônia sem destruir o bioma, mantendo a floresta em pé", destacou.

No final da coletiva, Minc mandou um recado para aqueles que desmatam a floresta. "Tremei poluidores, vai acabar a invisibilidade. Antes os satélites ficavam cegos durante cinco meses no ano por causa das chuvas. Agora, combinando o Inpe com o satélite japonês, vamos ver e combater o crime ambiental durante todo o ano", finalizou.

### **Desmate cai e governo fala em antecipar meta de 2020 - Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 03/02/2010**

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que o Brasil poderá antecipar para este ano a meta de reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia, prevista para ser alcançada em 2020, segundo documento entregue à Organização das Nações Unidas (ONU). Minc disse que isso ocorrerá se o País mantiver o ritmo de devastação florestal alcançado nos meses do ano passado.

De acordo com Minc, se a Amazônia fechar este ano com 3,5 mil km<sup>2</sup> de desmatamento, cumprirá o mesmo objetivo de antecipar a meta para 2020. O ministro fez a afirmação enquanto comentava os dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Conforme o levantamento, nos meses de outubro e novembro de 2009, o desmate atingiu 247,6 km<sup>2</sup> de floresta, número 72,5% menor do que o registrado no mesmo período de 2008 (896 km<sup>2</sup>). No quadrimestre agosto-novembro, o desmatamento da Amazônia caiu de 2.238 km<sup>2</sup>, em 2008, para 1.144 km<sup>2</sup> em 2009 – redução de 49%.

A cobertura de nuvens na região no período foi de 17% – ou 14% menor do que os 31% registrados em 2008 –, o que permitiu maior visibilidade na observação dos satélites. "Ninguém pode dizer que não vimos desmatamento porque estava tudo coberto", disse Minc.

O Pará liderou o ranking dos Estados que mais derrubaram florestas, com 108 km<sup>2</sup> desmatados em outubro e novembro.

A taxa, porém, ficou 60% abaixo do índice do mesmo período do ano anterior. Em Mato Grosso, o segundo colocado, foram devastados 50 km<sup>2</sup> de floresta, mas o índice também caiu significativamente.

O destaque negativo ficou por conta do Amazonas. Apesar de ostentar a menor taxa da região, o Estado registrou crescimento de mais de 200% no desmatamento nos meses de outubro e novembro.

#### **TECNOLOGIA**

Minc também anunciou um reforço tecnológico: entra em operação o sistema de observação Avançada da Terra (Alos, sigla em inglês), um equipamento japonês.

O sistema, contratado há dois anos pelo Ibama, permitirá o monitoramento do desmatamento por entre as nuvens, o que é possível com os equipamentos atuais do Inpe. Com isso, segundo o ministro, “acaba a cegueira” do satélite em alguns meses do ano, como dezembro, quando a cobertura de nuvens passa de 50%. “Tremei, poluidores, a invisibilidade vai acabar”, disse.

Minc atribuiu a redução dos índices de desmatamento, atualmente feita pelo Comitê Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (Ciccia), combinada com apoio financeiro rodoviário. O programa permite a realização de ações articuladas entre diversos órgãos policiais e fiscais da União, como Polícia Federal, Receita, Polícia Rodoviária, Força Nacional de Segurança Pública, Ibama e Instituto Chico Mendes.

A meta de reduzir o desmatamento em 80% até 2020 – tendo como ponto de partida o índice de 19,5 mil km<sup>2</sup> de floresta desmatada, de 2002 – foi assumido pelo governo brasileiro diante da ONU como contribuição do País ao combate ao aquecimento global.

### **Monitoramento independente contradiz dado** – Afra Balazina – Estado de São Paulo – vida & - 03/02/2010

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que faz o monitoramento independente da floresta amazônica, chegou a uma conclusão diferente do governo em relação ao desmatamento. Para o Imazon, de agosto a novembro de 2009, o desmate totalizou 757 quilômetros quadrados. No mesmo período do ano anterior, o desflorestamento somou 586 quilômetros quadrados. Ou seja, em vez de redução, a ONG avalia que houve um aumento de 29%.

“Para nós, houve um ligeiro crescimento no desmate e não uma redução”, afirma o pesquisador do Imazon Adalberto Veríssimo.

Ele diz que o desmatamento é imprevisível, mas que a tendência histórica é ter um aumento da pressão em 2010 por ser um ano de eleição. A melhora da economia também pode representar um fator de preocupação. “Nada indica que vamos ter um desmatamento muito abaixo do registrado no ano passado”, diz ele.

Marcio Astrini, da campanha Amazônia do Greenpeace, ressalta que o Deter não mede desmate, mas serve para fazer alertas para a fiscalização.

“O desmatamento ainda continua fora do controle governamental.

Essa redução anunciada não significa que a União está fazendo a lição de casa”, afirma ele. Segundo Astrini, o governo federal não tem políticas para evitar o desmatamento e para fomentar o desenvolvimento sustentável na região

### **Desmatamento na Amazônia cai 72,5%** - Sítio Eletrônico da CNA – 03/02/2010

O desmatamento na Amazônia em outubro e novembro de 2009 atingiu 247 km<sup>2</sup> de floresta. Na comparação com os mesmos meses de 2008, houve queda de 72,5%. Os números, divulgados na terça-feira (2/02), são calculados pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

A medição do Deter considera as áreas que sofreram corte raso (desmate completo) e as que estão em degradação progressiva. No mês de outubro, o Pará foi o estado com maior área desmatada (67km<sup>2</sup>), seguido de Mato Grosso (41km<sup>2</sup>), Amazonas (32km<sup>2</sup>) e Rondônia (14km<sup>2</sup>). Em novembro, o



Pará continuou em primeiro, com 40 km<sup>2</sup>, seguido de Maranhão (18km<sup>2</sup>), Mato Grosso (8km<sup>2</sup>) e Rondônia (2km<sup>2</sup>).

Para o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, a queda no desmatamento reflete, em grande parte, o resultado das ações coordenadas da Comissão Interministerial de Combate ao Crime e Infrações Ambientais (Ciccia), que com ações de comando e controle apreendeu bois piratas, embargou propriedades e intensificou as fiscalizações.

Segundo Minc, agora é o momento de intensificar as ações que levam alternativas sustentáveis à população que vive na Amazônia. Ele citou o Mutirão Arco Verde, que leva piscicultura, manejo florestal comunitário, extrativismo; e o Fundo Amazônia, que financiará projetos sustentáveis. “Com isso a gente quer mostrar que é possível a população viver com dignidade na Amazônia sem destruir o bioma, mantendo a floresta em pé”, destacou.

Nos quatro primeiros meses do calendário oficial do desmatamento – de agosto a novembro – a redução entre 2008 e 2009 foi de quase 50%, com queda de 2.238 km<sup>2</sup> para 1.144 km<sup>2</sup> no acumulado medido pelo Deter.

Nesse ritmo, Minc acredita que será possível cumprir a meta de redução do desmatamento prevista na Política Nacional de Mudanças Climáticas muito antes do prazo.

“A meta é reduzir o desmatamento em 80% e chegar a 3,5 mil km<sup>2</sup> em 2020. Podemos alcançar essa meta ainda este ano, com nove ou dez anos de antecedência”, aposta.

“Podemos chegar em 2020 com redução de 95% do desmatamento em relação à década anterior”, completou.

\* *Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - em 02/02/2010.*

### **Desmate cai e governo fala em antecipar meta de 2020 – Vannildo Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 03/02/2010**

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou ontem que o Brasil poderá antecipar para este ano a meta de reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia, prevista para ser alcançada em 2020, segundo documento entregue a Organização das Nações Unidas (ONU). Minc disse que isso ocorrerá se o País mantiver o ritmo de devastação florestal alcançado nos últimos meses do ano passado.

De acordo com Minc, se a Amazônia fechar este ano com 3,5 mil km<sup>2</sup> de desmatamento, cumprirá com dez anos de antecedência a meta para 2020. O ministro fez a afirmação enquanto comentava os dados do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Conforme o levantamento, nos meses de outubro e novembro de 2009, o desmate atingiu 247,6 km<sup>2</sup> de floresta, número 72,5% menor do que o registrado no mesmo período de 2008 (896 km<sup>2</sup>). No quadrimestre agosto-novembro, o desmatamento da Amazônia caiu de 2.238 km<sup>2</sup>, em 2008, para 1.144 km<sup>2</sup> em 2009 – redução de 49%.

A cobertura de nuvens na região no período foi de 17% – ou 14% menor do que os 31% registrados em 2008 –, o que permitiu maior visibilidade na observação dos satélites. “Ninguém pode dizer que não vimos desmatamento porque estava tudo coberto”, disse Minc.

O Pará liderou o ranking dos Estados que mais derrubaram florestas, com 108 km<sup>2</sup> desmatados em outubro e novembro.

A taxa, porém, ficou 60% abaixo do índice do mesmo período do ano anterior. Em Mato Grosso, o segundo colocado, foram devastados 50 km<sup>2</sup> de floresta, mas o índice também caiu significativamente.

O destaque negativo ficou por conta do Amazonas. Apesar de ostentar a menor taxa da região, o Estado registrou crescimento de mais de 200% no desmatamento nos meses de outubro e novembro.

#### TECNOLOGIA

Minc também anunciou um reforço tecnológico: entra em operação neste ano o Satélite de Observação Avançada da Terra (Alos, sigla em inglês), um equipamento japonês.

O sistema, contratado há dois anos pelo Ibama, permitirá o monitoramento do desmatamento por entre as nuvens, o que é impossível com os equipamentos atuais do Inpe. Com isso, segundo o ministro, “acaba a cegueira” do satélite em alguns meses do ano, como dezembro, quando a cobertura de nuvens passa de 50%. “Tremei, poluidores, a invisibilidade vai acabar”, disse.

Minc atribuiu a redução dos índices a repressão, atualmente feita pelo Comitê Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (Ciccica), combinada com apoio financeiro para produzir sustentavelmente.

O órgão permite a realização de ações articuladas entre diversos órgãos policiais e fiscais da União, como Polícia Federal, Receita, Polícia Rodoviária, Força Nacional de Segurança Pública, Ibama e Instituto Chico Mendes.

A meta de reduzir o desmatamento em 80% até 2020 – tendo como ponto de partida o índice de 19,5 mil km<sup>2</sup> de floresta desmatada, de 2002 – foi assumido pelo governo brasileiro diante da ONU como contribuição do País ao combate ao aquecimento global. ●

### **Desmatamento na Amazônia em outubro e novembro recua 72% - Valor Econômico – Brasil – 03/02/2010**

O desmatamento na Amazônia em outubro e novembro de 2009 atingiu 247 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) de floresta. Na comparação com os mesmos meses de 2008, houve queda de 72,5%.

Os números são calculados pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Os dados são de queda significativa. Houve redução de 68% em um mês e 80% em outro”, disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Em outubro de 2008, o Inpe havia registrado 540 km<sup>2</sup> de desmate, em 2009 contabilizou 175 km<sup>2</sup>. Já em novembro de 2008, a área desmatada foi de 356 km<sup>2</sup>, ante 72 km<sup>2</sup> em 2009.

A medição do Deter considera as áreas que sofreram corte raso (desmate completo) e as que estão em degradação progressiva. Segundo Minc, a cobertura de

nuvens na região em 2009 foi menor que em 2008, o que permitiu que os satélites observassem áreas maiores de floresta.

O Pará lidera o ranking do desmatamento acumulado nos dois meses, com 108 km<sup>2</sup> a menos de floresta em outubro e novembro. Mato Grosso aparece em seguida, com 50 km<sup>2</sup> desmatados. No Amazonas, o Inpe registrou 33 km<sup>2</sup> de derrubada em outubro. Segundo Minc, o Estado foi o "destaque negativo", já que tradicionalmente não aparece nas primeiras posições entre os desmatadores.

O governo atribui a queda no desmatamento à intensificação das operações de fiscalização e controle, realizadas pelo Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança e às atividades da Operação Arco Verde, que oferece alternativas econômicas ao desmatamento ilegal. "Esses são os primeiros números pós-operação Arco Verde, que cobriu os 43 municípios mais desmatadores", disse Minc.

Nos quatro primeiros meses do calendário oficial do desmatamento - de agosto a novembro - a redução entre 2008 e 2009 foi de quase 50%, com queda de 2.238 km<sup>2</sup> para 1.144 km<sup>2</sup> no acumulado medido pelo Deter.

Minc acha que será possível cumprir a meta de redução do desmatamento da Política Nacional de Mudanças Climáticas muito antes do prazo. "A meta é reduzir o desmatamento em 80% e chegar a 3,5 mil km<sup>2</sup> em 2020. Podemos alcançar essa meta ainda este ano."

### **Desmatamento na Amazônia em outubro e novembro recua 72% - Valor Econômico – Brasil - 03/02/2010**

O desmatamento na Amazônia em outubro e novembro de 2009 atingiu 247 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) de floresta. Na comparação com os mesmos meses de 2008, houve queda de 72,5%.

Os números são calculados pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). "Os dados são de queda significativa. Houve redução de 68% em um mês e 80% em outro", disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Em outubro de 2008, o Inpe havia registrado 540 km<sup>2</sup> de desmate, em 2009 contabilizou 175 km<sup>2</sup>. Já em novembro de 2008, a área desmatada foi de 356 km<sup>2</sup>, ante 72 km<sup>2</sup> em 2009.

A medição do Deter considera as áreas que sofreram corte raso (desmate completo) e as que estão em degradação progressiva. Segundo Minc, a cobertura de nuvens na região em 2009 foi menor que em 2008, o que permitiu que os satélites observassem áreas maiores de floresta.

O Pará lidera o ranking do desmatamento acumulado nos dois meses, com 108 km<sup>2</sup> a menos de floresta em outubro e novembro. Mato Grosso aparece em seguida, com 50 km<sup>2</sup> desmatados. No Amazonas, o Inpe registrou 33 km<sup>2</sup> de derrubada em outubro. Segundo Minc, o Estado foi o "destaque negativo", já que tradicionalmente não aparece nas primeiras posições entre os desmatadores.

O governo atribui a queda no desmatamento à intensificação das operações de fiscalização e controle, realizadas pelo Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional de Segurança e às atividades da Operação Arco Verde, que oferece alternativas econômicas ao desmatamento ilegal. "Esses são os primeiros números pós-operação Arco Verde, que cobriu os 43 municípios mais desmatadores", disse Minc.

Nos quatro primeiros meses do calendário oficial do desmatamento - de agosto a novembro - a redução entre 2008 e 2009 foi de quase 50%, com queda de 2.238 km<sup>2</sup> para 1.144 km<sup>2</sup> no acumulado medido pelo Deter.

Minc acha que será possível cumprir a meta de redução do desmatamento da Política Nacional de Mudanças Climáticas muito antes do prazo. "A meta é reduzir o desmatamento em 80% e chegar a 3,5 mil km<sup>2</sup> em 2020. Podemos alcançar essa meta ainda este ano."

**Sem acordo do clima no México** – Débora Berlinck – O Globo – Ciência – 04/02/2010

Para Yvo de Boer, a próxima conferência climática pode terminar como a de Copenhague

Ele comandou a Conferência do Clima da ONU, a COP-15, em Copenhague, em dezembro, um dos encontros que mais mobilizou líderes e a opinião pública do mundo. Apostou alto num grande acordo que não aconteceu, por conta da batalha entre grandes emissores, como China e EUA. Em entrevista exclusiva, o secretário-executivo da Convenção da ONU sobre o Clima, Yvo de Boer, diz que não aposta num novo acordo no próximo encontro sobre clima, no México, em novembro: "Só aposto quando sei que vou ganhar". De Boer avalia os acertos e os erros de Copenhague e diz que os países em desenvolvimento estavam certos ao não ceder às nações ricas

Deborah Berlinck Correspondente • DAVOS, Suíça

O GLOBO: A percepção geral é de que Copenhague foi um fracasso. Que erros não devem ser repetidos no México? YVO DE BOER: Se tivessem me perguntado um dia depois de Copenhague se o encontro foi um fracasso, eu teria dito sim. Hoje, digo que não.

Embora um acordo com força de lei não tenha sido alcançado, 120 chefes de Estado vieram a Copenhague, e 25 ou 30 deles, incluindo os presidentes Lula e Obama, representantes de pequenas ilhas e de países africanos, chegaram a um acordo político. Acho que devemos usar este acordo político para revigorar as negociações.

Mas o acordo político de Copenhague não tem metas para cortar em 50% as emissões em 2050 e nem uma data em que os países se comprometem a chegar a um acordo vinculante mais tarde.

DE BOER: A razão pela qual não temos uma meta de corte de 50% é porque não ficou claro para os países em desenvolvimento qual seria a parte deles nesta meta e como isso iria impactar no crescimento econômico. Havia vontade de todos os países industrializados em concordarem com uma meta de cortes de 80% até a metade do século (2050). Isso é uma declaração política. Este compromisso pode não ter sido escrito num acordo legal, mas um acordo legal tem um enorme valor e temos que trabalhar para obtê-lo.

Parte do problema não foi ter tantos chefes de Estado presentes? DE BOER: Não acho que este foi um problema. Mas acho que era preciso haver mais comunicação do pequeno grupo que estava negociando com os outros 90 chefes de estado que não participaram dessas conversações.

O senhor vai querer trazer para o México um número tão grande de chefes de Estado? Ou seria melhor um grupo mais reduzido? DE BOER: Não sei se muitos chefes de Estado vão querer ir ao México.

Mas acho que foi bom eles terem ido a Copenhague. Isso demonstrou que havia um compromisso político com a questão das mudanças climáticas. Por outro lado, a presença deles criou uma enorme pressão no processo de negociação. Acho que, para o México, precisamos de algo mais tranquilo, com menos pressão, para deixar as pessoas trabalharem. Muita gente está acusando a China pela fracasso em chegar a um acordo. Outro acusam os EUA.

Qual a sua avaliação? DE BOER: Acho que cada um dos países naquela sala trabalhou muito para chegar a um acordo.

Mas quando você fala de uma meta de cortes de 50% nas emissões para o mundo todo, isso quer dizer que você só pode ter um certo nível de emissões. E se 60%,70% ou 80% deste montante já está sendo consumido pelos países industrializados, só sobram 20% para os países em desenvolvimento.

Isso significa um limite no seu crescimento econômico e na ações para a erradicação da pobreza.

Então China, Brasil e Índia têm razão quando dizem que países ricos não estavam dispostos a cortar mais suas emissões? DE BOER: Sim, têm razão. Está absolutamente claro que os compromissos que temos dos países industrializados não são bons o bastante.

Está claro que a economia mundial não pode continuar a crescer com o atual modelo econômico. As coisas têm que mudar.

O que o senhor tem ouvido das empresas que já investiram em tecnologia limpa? DE BOER: O sinal que obtive é que elas continuam comprometidas como antes de Copenhague, mas estão preocupadas porque os governos não estão sendo claros.

O senhor apostaria num acordo com força legal até o fim do ano, no México? DE BOER: Só aposto se sei que vou ganhar. O importante é que houve muita pressão em Copenhague. Agora as pessoas devem fazer o balanço, refletir e não devemos colocar pressão no processo de negociação neste momento. Não quero prever o quanto longe vamos chegar no México

**Código Florestal acirra divergências entre produtores e ambientalistas - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Política - 04/02/2010**

A 25ª audiência pública de discussão sobre alterações no Código Florestal, realizada ontem no Estado de São Paulo, mostrou que o tema está longe do consenso. O recado do evento em Ribeirão Preto é que a polarização não diminuiu um palmo. De um lado estão os grandes produtores. Do outro, trabalhadores rurais, representantes da agricultura familiar, assentados e ambientalistas. Ninguém mais fala

abertamente em desmatar, mas o discurso da preservação ambiental foi assumido de forma muito diferente pelas duas trincheiras.

Os termômetros marcavam 34 graus em Ribeirão Preto, cidade-ícone da agricultura paulista, às 13h. Quem chegou no voo de São Paulo e observou a região pela janelinha viu muito verde e pouca mata. O tapete de lavouras de cana indica como se ganha dinheiro na região. As árvores são poucas e a Mata Atlântica é só uma lembrança. Os taxistas reclamam que o litro de álcool está R\$ 1,99, mais caro que na capital. Mas reconhecem que a poluição com a queimada da cana diminuiu bem.

Dentro do centro de convenções da cidade a temperatura fervia. O auditório principal, que recebeu os representantes da comissão especial da Câmara dos Deputados que estuda a reforma do Código, tinha 1.400 pessoas sentadas nas cadeiras e 600 pessoas no chão. Na metade da frente da sala, os produtores. Um mar de camisetas vermelhas revelava quem estava sentado no chão. Foi no meio deles que chegaram os deputados, vindos de Assis, na primeira audiência pública a ocorrer em São Paulo. Havia outras 600 pessoas sentadas no auditório ao lado, porque no principal não cabia mais ninguém.

A rodada paulista prometia: desde novembro a comissão fez audiências em Brasília, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará, Rondônia, Alagoas, Pernambuco, Bahia, mas em São Paulo elas chegaram apenas ontem.

A sala tinha vários cartazes pendurados que enalteciam o setor produtivo: "Agronegócio: 42% das exportações do Brasil em 2009" ou "Em defesa do agronegócio" com assinaturas de entidades de classe. A audiência foi marcada e convocada pela comissão da Câmara, mas quem a organizou foi a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). A iniciativa levantou suspeitas. "Quando soubemos que era uma audiência pública, convocada pelo Parlamento, que é de todos nós, questionamos a iniciativa", disse Elio Neves, presidente da Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp).

A entidade agrupa 80 sindicatos de trabalhadores rurais no Estado, 300 mil pessoas pelas contas do presidente. Não querem que o Código mude. "Os ruralistas não têm sensibilidade para perceber que a preservação ambiental não é motivo de prejuízo", disse. "Mas é que o Brasil vai à Conferência do Clima e posa de progressista. Mas aqui dentro a postura é atrasada."

O recado de São Paulo é óbvio: o Estado tem uma agricultura madura, que já tem 80 anos de trajetória e a última fronteira agrícola, a oeste, foi aberta nos anos 70. São Paulo já desmatou. Os produtores não querem nem ouvir falar no passivo ambiental. Ou seja, na reconstituição dos 20% de reserva legal que deveriam fazer em suas propriedades. Pressionados pelos novos tempos e pelos compradores estrangeiros, concordam com a ideia de fazer a reserva fora da propriedade, montando uma espécie de corredor. Também querem recompor a reserva fora do Estado, pagando menos pela terra. Em vez de montarem a reserva em São Paulo, montam no Amapá, onde é mais barato.

Os ambientalistas resistem. "Eles querem compensar em outro lugar, mas isto é inviável", diz Marcio Astrini, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace. Para os olhos de quem deve, árvores da Mata Atlântica, do Cerrado, da Amazônia, são a mesma coisa. "Isso inviabiliza a formação de florestas no Brasil. E um bioma é diferente do outro."

Pelas contas do Instituto de Economia Agrícola, para São Paulo se adequar aos 20% de reserva legal terá de deixar de produzir R\$ 15 bilhões ao ano, em receita bruta, numa área de 3,6 milhão de hectares. O secretário de agricultura do Estado,

João de Almeida Sampaio Filho, diz que a mitigação que a indústria paulista terá de fazer com as metas de redução de gases-estufa previstas no plano estadual poderiam ser compensadas com o sequestro de carbono de árvores da reserva legal da agricultura. "Esta discussão tem que andar junto."

O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) jogou lenha à fogueira ao exaltar o código ambiental que Santa Catarina quis aprovar em 2009. "Organizamos a produção. Exalto a todos a fazerem o que Santa Catarina fez", disse, sem mencionar que a legislação não pode vigorar porque está sendo julgada se é ou não inconstitucional.

O momento mais exaltado foi a fala do relator da comissão, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). "O ambientalismo transformou-se em uma trincheira por onde se escondem os interesses das multinacionais e dos países ricos", disse. "A legislação florestal não pode ser uma legislação tributária." Os manifestantes o interrompiam aos gritos de "traidor" e "tucano". Não conseguiu terminar. O líder comunista foi estranhamente aplaudido de pé pelo agronegócio e vaiado intensamente pela militância.

Eram 19h15 quando Micheletto avisou que encerraria a sessão porque os deputados precisavam ir ao aeroporto. A única ONG a falar foi a Pau Brasil que leu a Carta de Ribeirão Preto, um manifesto de 140 entidades civis que rejeita as mudanças no Código alegando motivos socioambientais.

### **No Pará, a "floresta em pé" também faz sabonete – Valor Econômico – Empresas – 04/02/2010**

Sabonetes em gomos, em lascas, em barra, para fatiar, e até em penca - oito quadradinhos unidos por um fio. Estes quatro formatos, fabricados a partir de cacau, murumuru, cupuaçu e maracujá deverão ser patenteados pela Natura e lançados em março.

Os novos produtos, da linha Ekos, são resultado de dois anos de pesquisa desenvolvida em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em Benevides (região metropolitana de Belém), e quatro anos de capacitação das comunidades extrativistas da Amazônia. Estas fornecem os frutos e as sementes.

A linha também é composta pelo sabonete em pasta de maracujá. O diferencial deles, segundo a Natura, é o aumento do índice de óleos vegetais na composição. Até agora, os sabonetes da Ekos - uma das principais marcas da companhia, responsável pela linha mais extensa, de 93 itens - eram produzidos com até 3% de óleo vegetal. Os lançamentos terão entre 20% e 50% do respectivo óleo do fruto na sua formulação.

A produção será realizada na unidade industrial de Benevides, que engloba duas fábricas: a de massa de sabonetes e a de extração de óleos vegetais, que acaba de ser inaugurada. Ao todo, desde 2007, quando a planta foi criada, foram investidos R\$ 19 milhões nas instalações. O começo da operação da fábrica de óleos vegetais vai agregar mais seis postos de trabalho aos atuais 50, uma vez que a produção é altamente mecanizada.

"O óleo entra agora na fabricação da massa do sabonete, que antes era feita apenas com óleo de dendê, fornecido pela Agropalma", diz Gilberto Xandó, diretor de unidade de negócio da Natura. Essa mudança, segundo o executivo, confere maiores propriedades de espumação, consistência, maciez e emoliência ao produto. E maior rentabilidade: enquanto um sabonete Ekos em barra tradicional é vendido por R\$ 4, em média, a unidade, o de barras para fatiar será oferecido a R\$ 10,50. "O resultado não vai voltar só para a Natura, será repartido com a comunidade local, uma vez que o lançamento dos produtos exigiu um maior número de famílias envolvidas", diz Renata Puchala, gerente de marketing da linha Ekos.

A marca, que tem como principal característica o uso de elementos da biodiversidade brasileira na sua formulação, envolveu ao longo dos últimos dez anos 19 comunidades extrativistas no fornecimento de matérias-primas. Em todo o período, a remuneração pelo trabalho de 1,7 mil famílias atingiu R\$ 8,5 milhões. "Agora, estamos incorporando mais oito comunidades na produção dos novos sabonetes, o que envolve outras 263 famílias", diz Xandó. Com isso, diz ele, será revertido o dobro para as comunidades fornecedoras.

"Em 2009, repassamos R\$ 1,3 milhão e, este ano, com os lançamentos, vamos reverter R\$ 2,6 milhões", afirma. Na opinião do executivo, o lançamento da nova linha de sabonetes reforça o portfólio da Natura com produtos premium. "Ninguém precisa comprar um sabonete desses só para ajudar as comunidades: o consumidor vai comprar porque é realmente bom, e melhor ainda que esteja baseado em uma cadeia sustentável", afirma.

Outro ponto, diz Renata, é o fato desse processo permitir a "floresta em pé". Explica que "em algumas comunidades, como as que fornecem murumuru, esse fruto não era valorizado. Vem de uma palmeira que tem espinhos e não serve para comer". Muitas famílias preferiam derrubar as árvores de murumuru para plantar outras espécies mais rentáveis, como o açaí. "Ajudamos a identificar o valor dessa matéria-prima e, conseqüentemente, a sua conservação", afirma a executiva. Ao todo, serão três mil árvores que continuarão de pé.

### **Semiárido brasileiro ocupa quase 1 milhão de terras - Gerusa Barbosa – Sítio Eletrônico do MMA - 05/02/2010**

Quase um milhão de terras brasileiras estão localizadas no semiárido, abrangendo 1.133 mil municípios dos estados nordestinos, além de porção do Espírito Santo e Minas Gerais, onde vivem cerca de 22 milhões de pessoas. Os dados foram apresentados pelo representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, Alberício Pereira, na reunião preparatória de Campina Grande que discute propostas para o encontro nacional de enfrentamento da desertificação, em março, em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Na tarde desta quinta-feira (4/2), foram apresentadas ações dos órgãos federais para o semiárido.

O gestor do MCT disse, em sua apresentação, ser necessário identificar as potencialidades da região e desconstruir a imagem distorcida de que nada é possível fazer para reverter o quadro de miséria?. Para ele, há possibilidades, desde que haja compreensão e respeito do espaço a ser explorado.



O diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Dalvino Joffily reforçou a idéia de aplicação de recursos do Fundo Clima em desertificação, proposta já anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e defendeu o comprometimento do governo com um determinado percentual. Dalvino defendeu que as deliberações da reunião preparatória de Campina Grande sejam fortes e ?pesadas? com o comprometimento dos estados, municípios e sociedade..

Outros ministérios que desenvolvem ações em parceria com o MMA na área de desertificação, como Ministérios da Integração, do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário, também apresentaram seus programas voltados para a agenda. Entre o conjunto de ações que tem relação direta com a desertificação estão o programa de revitalização da bacia do São Francisco, política de preços mínimos para produtos da sociobiodiversidade, programa de Cisternas, de agricultura familiar, entre outros.

Para o programa de revitalização do São Francisco está previsto investimento de R\$ 1 bilhão e meio de 2007 a 2011, segundo informou o representante do Ministério da Integração. Os recursos serão alocados para conservação, preservação, reflorestamento de nascentes, manejo sustentável dos recursos naturais, entre outros. Ele esclareceu que as águas da transposição do São Francisco serão destinadas para o abastecimento humano, rebatendo críticas de que seja usada para irrigação de grandes empreendimentos.

Nesta sexta-feira (5/2), a reunião continua com a apresentação dos planos estaduais para o desenvolvimento sustentável do semiárido.

### **Governo holandês aponta novo erro de painel do clima – Cláudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 06/02/2010**

Cientistas pedem renúncia de líder do IPCC, Rajendra Pachauri, que tem apoio da Índia para ficar no cargo

CLAUDIO  
EDITOR

DE

ANGELO  
CIÊNCIA

O IPCC, o painel do clima das Nações Unidas, sofreu mais um golpe ontem. O governo da Holanda apontou mais um erro no relatório do painel sobre os impactos do aquecimento global, dizendo que um dado que forneceu ao grupo foi mal interpretado. O IPCC afirmou que está verificando o assunto. No relatório, o painel do clima afirma que 55% do território holandês já está abaixo do nível do mar. "Deveria estar escrito que 55% da Holanda está sob risco de inundação", afirmou em comunicado a Agência Holandesa de Avaliação Ambiental: 26% do país está abaixo do nível do mar e 29% está sob risco de alagamento por rios. Seria apenas uma trivialidade -a própria agência emenda que a Holanda é sensível à mudança climática e que a "redação incorreta" do IPCC não muda essa conclusão-, se o painel do clima e seu presidente, Rajendra Pachauri, já não estivessem na berlinda. No mês passado, Pachauri veio a público admitir que havia um erro numa previsão que consta do relatório de que as geleiras do Himalaia derreteriam até 2035. No fim do ano passado, quando o governo indiano questionou a informação, Pachauri insistiu

em que ela estava correta. A origem do dado era uma reportagem. Na semana passada, outro problema apareceu: uma informação sobre a porção da Amazônia sensível a mudanças no regime de chuvas foi extraída de um relatório do WWF, não de um artigo da literatura científica -embora neste caso a informação esteja correta.

E uma reportagem do jornal britânico "The Guardian" publicada no dia 1º afirma que o britânico Phil Jones, um dos cientistas do painel, escondeu falhas em dados de temperatura de uma estação meteorológica chinesa que usou em seu trabalho. Jones já havia renunciado a seu posto de diretor da Unidade de Pesquisa Climática da Universidade de East Anglia depois que um arquivo de e-mails supostamente roubado por negacionistas do aquecimento global revelou conduta duvidosa dele e de colegas.

### **Fora,**

### **Pachauri**

A sequência de problemas fez cientistas do próprio painel e ambientalistas pedirem a renúncia de Pachauri.

O indiano disse anteontem, numa entrevista à TV britânica BBC, que não pretende sair. Ontem, recebeu apoio do governo de seu país. "Como líder, ele é passível de responsabilização pela maneira como lida com óbvios desvios ocorridos sobretudo no grupo 2 [que lida com impactos]", disse o físico Gylvan Meira Filho, da USP, ex-membro do IPCC. "Deveria renunciar."

### **Sem**

### **má-fé**

Um dos coordenadores do relatório do grupo 2, Ulisses Confalonieri, da Fiocruz de Belo Horizonte, diz que o indiano é um líder "muito hábil" e que o IPCC não é imune a falhas. "Se saiu um erro, erraram os autores e erraram os revisores." Segundo ele, o problema é que o trabalho do painel tem uma visibilidade muito grande. "Qualquer passo em falso e todo mundo cai em cima, diz que é má-fé. Mas os instrumentos de análise têm incertezas, como qualquer coisa em ciência." Confalonieri cita um dado que ele mesmo mandou excluir do sumário executivo do relatório, por exagerado. "Era uma projeção da Organização Mundial da Saúde que dizia que 150 mil pessoas haviam morrido por impacto do clima na saúde. Mas a metodologia usada era muito incipiente", lembra. Segundo ele, o trabalho do painel não sairá arranhado do episódio. "Pode haver uma perda temporária de credibilidade, mas depois ela se recupera."

### **Petrobras já planeja novo duto para gás na Amazônia - Ivo Ribeiro e Cláudia Schuffner – Valor Econômico – Empresas - 08/02/2010**

O gás natural de Urucu, província petrolífera em plena selva Amazônica, já jorra em Manaus desde novembro, depois de percorrer 660 km no gasoduto Urucu-Coari-Manaus. Até setembro, passará a ser usado para gerar energia elétrica, substituindo os óleos poluentes das termelétricas. Em busca de mais gás na Amazônia, a Petrobras prepara-se para um novo desafio: explorar a reserva de Juruá, a 170 km de Urucu.

Outro gasoduto será necessário para levar o gás de Juruá até as zonas de consumo. Como na obra do Urucu-Manaus, terá de cruzar rios, igarapés, morros e mata virgem. O trajeto previsto tem mais de 120 km entre o campo de Araracanga/Juruá, que fica no município de Carauari, e a base de processamento de óleo e gás do Polo Arara, em Urucu. Em dezembro, a companhia obteve a licença ambiental; agora, começa a ir ao mercado para fazer as primeiras licitações de fornecimentos de serviços e equipamentos.

As lições tiradas na montagem do duto Urucu-Manaus serão de grande proveito no Juruá-Urucu para vencer obstáculos de uma obra que é sensível pelo fato de se localizar numa floresta tropical que é símbolo mundial, explica Luiz Ferradans Mata, gerente-geral na Petrobras da Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Amazônia. Ele diz que, preliminarmente, as características da região apontam para uma obra menos complexa. Tem extensão menor e a topografia não mostra tantos rios pela frente.

Ferradans evita dar mais detalhes de engenharia, pois se trata de uma empreitada a cargo da diretoria de Gás e Energia da estatal. Pontua que das lições aprendidas é possível elaborar um estudo prévio mais detalhado, considerando períodos de cheias e vazantes da região aliado a novas soluções tecnológicas. Procurada pelo **Valor** durante toda a semana, a diretoria de Gás e Energia não dispôs nenhum executivo para dar informações sobre os dois gasodutos.

Os estudos preliminares, segundo o gerente-geral, apontam potencial de extração expressivo em Juruá. Os quatro poços iniciais de exploração na década de 70 mostraram capacidade para 500 mil metros cúbicos cada um. "Pode até ser mais alto", afirma, mas lembra que depende das condições de aproveitamento nas instalações do Polo Arara.

Uma sonda remota de prospecção será deslocada de Urucu para lá. Se as estruturas dos poços estiverem em boas condições de aproveitamento, a Petrobras poderá elevar, com esse projeto, que entrou no planejamento estratégico da companhia em 2007, em pelo menos 2 milhões de metros cúbicos sua produção de gás na região.

A reserva Juruá não se trata de uma descoberta nova. É de 1978 e leva o nome do rio que passa na redondeza do campo. Localiza-se também na bacia do rio Solimões, como Urucu, encontrada oito anos depois. Mas a novata mostrou na época ser mais viável de ser primeiramente explorada. Pelo seu porte, parece ser isso mesmo: dali são extraídos 10,5 milhões de metros cúbicos diários. Sem o gasoduto até Manaus, porém, o gás era (e grande parte ainda o é) mandado de volta por reinjeção ao local de origem - 2,5 mil metros abaixo da terra.

Comparado aos 24 milhões de metros cúbicos médios por dia de gás que o Brasil trouxe em 2009 dos campos da Bolívia, Urucu e Juruá formam uma fonte de produção importante. E vão suprir a demanda da Amazônia, que está muito distante de outras fontes, como as bacias de Campos e Santos. Ferradans informa que o investimento no projeto Juruá - extração, tratamento do gás e gasoduto - começa a ser

definido e depende da análise de vários fatores. "Talvez seja necessária a construção de uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) lá, como as de Urucu".

Tirar o gás no meio da floresta não é uma tarefa simples. Mais complicado ainda é transportá-lo até áreas distantes de consumo. O gasoduto Urucu-Manaus tornou-se um sonho desde que petróleo e gás jorraram em Urucu em 1988. No início, para levar o óleo até Manaus, foram usadas pequenas barcaças navegando no sinuoso e estreito rio Urucu. A partir de 1997, passou a ser escoado por um oleoduto estendido até as margens do Solimões, em Coari, onde se instalou uma base de armazenagem e despacho. Além do óleo, também GLP (gás de cozinha), que passou a suprir o Norte e Nordeste. Daí, óleo e GLP seguiam em navios petroleiros e butaneiros para Manaus. O destino do gás natural só virou realidade em 2006, após muita discussão sobre o impacto ambiental e sobre dezenas de comunidades ao longo da obra do gasoduto.

"Foi um marco da engenharia de construção da Petrobras para poder escoar o óleo, o gás e o GLP da selva, na área de maior diversidade ambiental do planeta", diz Ferradans. Para ele, operar num "santuário ecológico" fez com que a estatal enfrentasse desafios comparáveis à exploração de óleo do mar, em águas profundas.

A obra, dividida em três trechos, enfrentou grandes obstáculos de engenharia pela frente. Segundo relatos, as maiores dificuldades ocorreram na travessia dos rios Solimões e Negro e de um dos lagos da região, o Manacapuru, entre Coari a Manaus. Nesse trecho de quase 400 km, que mobilizou 8,9 mil trabalhadores, o gasoduto passou por cima e por baixo de terra firme e movediça. Para cruzar rios, igarapés e lagos foram feitos furos de até 20 metros abaixo do leito das águas. Tubo a tubo, de 12 metros de comprimento e 20 polegadas de diâmetro, foi soldado um ao outro, em aço de alta resistência e protegidos contra corrosão.

Uma balsa especial, com 250 tripulantes e dotada de um guindaste capaz de erguer mil toneladas, foi usada no rio Negro para estender tubulações. Nesse ponto, a obra só parou durante o Festival de Parintins que ocorre no fim de junho, quando é grande o movimento de barcos no rio. Também recorreu-se a helicópteros para transportar tubos, da mesma forma que se faz com toras de madeira em florestas do Canadá.

Para abrir o traçado na floresta, que era seguido pelos tratores, experientes mateiros da região foram recrutados. Eles marcavam com fitas as árvores que deviam ser preservadas, como castanheiras e seringueiras. Muitas vezes cruzavam com venenosas surucucus e os temidos queixadas - porcos-do-mato que avançam em correria e não poupam nada nem ninguém pela frente. "É subir na árvore e deixar passar", relatou um mateiro.

**Termelétricas vão receber combustível limpo – Valor Econômico – Empresas – 08/02/2010**

A chegada do gás natural para as termelétricas de Manaus vai mudar a matriz energética do Amazonas, que apesar de ser banhado pela maior bacia hidrográfica do

mundo, hoje tem o suprimento de energia garantido em sua maior parte por óleo combustível altamente poluente e óleo diesel. Juntas, essas usinas têm potência para gerar 1.500 MW. A conversão dessas térmicas para gás, abandonando o óleo, também vai ajudar a reduzir a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), subsídio pago por todos os clientes das concessionárias elétricas do país usado na compra do óleo usado para gerar energia no Norte. Para este ano, a Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou valor provisório de R\$ 837 milhões para a CCC, só no primeiro trimestre. Nas contas da Petrobras, a economia é de US\$ 1 milhão por dia.

Quem ganha também é o meio ambiente. A substituição do óleo pelo gás, segundo a estatal, vai permitir que, anualmente, 1,2 milhão de toneladas de gás carbônico deixem de ser liberadas na atmosfera. O benefício ambiental é grande, pois parte do gás de Urucu que não era reinjetado nos poços vinha sendo queimado na atmosfera no processo de produção de petróleo.

O presidente da Eletrobrás, empresa que faz a conversão das térmicas, José Antonio Muniz Lopes, afirmou que está correndo contra o tempo para concluir a tarefa nas sete térmicas até 30 de setembro. A partir dessa data a Petrobras não vai mais fornecer óleo combustível para termelétricas da região. "No momento, a carga de Manaus está muito alta e não podemos tirar as máquinas para fazer a conversão, que é um processo lento. Temos um compromisso com o presidente Lula de concluir até setembro", disse.

Em Manaus serão quatro termelétricas da Amazonas Energia, subsidiária da Eletrobrás - Aparecida, Mauá (ambas com atendidas por ramais do gasoduto), Cidade Nova e São José. A lista inclui Electron, da Eletronorte. Juntas, as cinco têm capacidade de gerar 1.078 MW. Outras cinco usinas de produtores independentes acrescentam outros 422,8 MW.

A conversão das usinas anima produtores de equipamentos. A GE informou que assinou contrato com a Breitenner Energética, produtora independente, para instalar 46 geradores a gás de baixa emissão, que vão gerar 120 MW. A Wärtsilä também informa que negocia turbinas para as térmicas Rio Amazonas, Manauara e Gera.

Caberá à Companhia de Gás do Amazonas (Cigás) distribuir todo o gás oriundo de Urucu e, no futuro, de Juruá. Flávio Decat, diretor de distribuição da Eletrobrás, disse que a estatal também vai instalar pequenas máquinas geradoras nas cidades atendidas por ramais do gasoduto, permitindo o início da eletrificação rural na Amazônia. "É uma série de máquinas a cabo que chamamos de 'jabuticabas' ao longo do gasoduto". A Petrobras construiu ramais em Coari, Codajás, Anori, Anamá, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba, cidades que juntas têm 265 mil habitantes.

Em seis das sete cidades onde o projeto já está fechado (a exceção é Iranduba) serão gerados 68 MW por esse tipo de máquinas, cuja a menor tem potência de 1,7 MW.

A atual capacidade do gasoduto permite transportar 4,5 milhões de metros cúbicos de gás ao dia. Até julho, com mais duas estações de compressão, ela sobe

para 5,5 milhões de metros cúbicos. Esse volume é o que está previsto no contrato de suprimento firmado com a Cigás, por 20 anos. O restante do gás continuará a ser reinjetado nos campos de Urucu até que o mercado cresça. As térmicas vão ficar com quase 90% desse volume; o restante irá para o polo industrial da Zona Franca de Manaus e outros consumidores. A Reman, refinaria de óleo da Petrobras em Manaus, já está consumindo 250 mil metros cúbicos de gás ao dia em suas caldeiras e fornos.  
**(CS e IR)**

**Minc e Tarso propõem fundo ambiental de R\$ 500 milhões** – Folha de São Paulo –  
Ciência – 10/02/2010

#### DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o da Justiça, Tarso Genro, assinaram ontem projeto de lei que cria o Fundo de Proteção Ambiental. Com recursos de multas e de outros fundos (como o de mudança climática e de segurança pública), ele será usado para apoiar polícias estaduais e órgãos ambientais no combate ao desmatamento na Amazônia, cerrado e caatinga. Minc estima que, por ano, o fundo disponibilize cerca de R\$ 500 milhões. O objetivo, segundo Minc, é aprovar o projeto no Congresso "o mais breve possível" para "institucionalizar" o financiamento a ações de combate ao desmatamento. O projeto consolida também a Comissão Interministerial aos Crimes e Infrações Ambientais. Trata-se de um grupo composto por representantes dos ministérios da Justiça e Meio Ambiente, polícias Federal e Rodoviária Federal, Ibama e Instituto Chico Mendes para traçar políticas e planos para aplicação do fundo. "Como é que podemos ter uma meta oficial com a ONU se não tivermos recursos firmes e forças policiais [para combater o desmatamento]?", questionou Minc.  
**(RENAN RAMALHO)**

#### AQUECIMENTO

#### GLOBAL

**EUA CRIAM ÓRGÃO ESPECIAL PARA LIDAR COM CLIMA** – Folha de São Paulo – Ciência – 10/02/2010

Os EUA criaram um serviço para ajudar a sociedade a lidar com o aquecimento global ([www.climate.gov](http://www.climate.gov)). A agência estatal que fornece dados atmosféricos produzirá também dados sobre erosão costeira, subida do nível do mar e outros eventos ligados à mudança do clima.

**Mudanças climáticas sob ataque de conservadores nos Estados Unidos** – Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Ciência – 10/02/2010

Painel do clima da ONU é acusado de fraude; cientistas se defendem

WASHINGTON. Num país pródigo em teorias da conspiração — pelas quais muitos defendem que a morte do cantor Michael Jackson seria, de fato, uma jogada de marketing para vender discos, ou que o presidente dos EUA, Barack Obama, é um queniano disfarçado —, os americanos passaram a acreditar que o aquecimento global, uma verdade comprovada por centenas de estudos científicos, não possui, afinal, tanta “evidência científica sólida

Combater o aquecimento só é prioridade para 12% A acirrada campanha de conservadores radicais nos EUA e na Europa, associados a políticos republicanos (estes últimos ardentes defensores da indústria do petróleo), para desacreditar Rajendra K.

Pachauri e o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC, da sigla em inglês, que ele preside) está tornando os EUA descrentes do aquecimento do planeta. Os dois receberam o prêmio Nobel da paz em 2007, juntamente com o ex-vice-presidente Al Gore.

Ontem, o jornal “The New York Times” publicou uma reportagem sobre a suposta perda de credibilidade de Pachauri e do IPCC, citando críticas de cientistas ingleses sobre supostos conflitos entre os estudos climáticos coordenados pelo engenheiro e economista indiano e seu trabalho em consultoria para empresas como o banco alemão Deutsche Bank. Para estes cientistas, há conflito de interesses nos estudos que apontam o homem como o principal agente causador do aquecimento global.

Além disso, as próprias conclusões do estudo são consideradas “alarmistas demais”.

O resultado é que, segundo recente pesquisa da Pew Research, a quantidade de americanos que acredita que há “uma sólida evidência científica de aquecimento global” caiu de 71%, em abril de 2008, para 57%, em fins do ano passado.

Só 35% dos republicanos acham o mesmo (enquanto 75% dos democratas acreditam na premissa). E só 35% dos americanos consideram o problema “muito sério”.

Numa pesquisa do Instituto Gallup, reproduzida na revista (conservadora) “The Economist”, 85% dos americanos consideram que a recuperação da economia dos EUA deve ser a prioridade de Obama.

Combater o aquecimento global só é prioridade para 12%, o que explica as dificuldades do governo Obama de aprovar no Congresso dos EUA o seu projeto de limite às emissões de gases do efeito estufa ou de envolver a população da maior economia do mundo — mergulhada na sua pior crise desde a década de 30 — nos debates em relação ao tema.

Numa reunião ano passado do Subcomitê de Energia e Meio Ambiente da Câmara dos Representantes, o deputado republicano John Shimkus citou a Bíblia para dizer que “não há por que temer o fim do planeta por causa do aquecimento global”.

Cientistas do IPCC se defendem de acusações Pachauri se defendeu afirmando que o dinheiro que recebe das empresas para as quais presta consultoria vai diretamente para o Instituto de Energia e Recursos, um prestigiado centro de pesquisas em Nova Délhi, na Índia, fundado por ele em 1982 e cuja renda ajuda a financiar projetos para comunidades carentes no país, como eletrificação rural. “Minha consciência está tranquila”, disse Pachauri ao “New York Times”. “Estas pessoas querem distorcer a imagem de acordo com seus objetivos particulares”.

O IPCC, por sua vez, já começou a rever as conclusões desmentidas por seus críticos e admitiu que pelo menos uma delas — a velocidade no degelo das camadas de neve do Himalaia — tem um fundo de verdade. Mas a maioria dos principais cientistas de todo o mundo afirma que os erros dos estudos sobre aquecimento global são pequenos e não comprometem as conclusões gerais de que o homem, de fato, é o maior causador do aquecimento do planeta.

### **Exigências ambientais aquecem Mercado de reflorestamento - Débora Thomé – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/02/2010**

O aumento das exigências ambientais está movimentando os negócios de mudas de espécies nativas. O reflorestamento – planejado e não mais improvisado – passou a ser exigido para uma série de empresas como forma de compensação ambiental.

Com isso, o setor vem aperfeiçoando seus serviços e ampliando as vendas.

ABio Flora produz em Piracicaba, no interior de São Paulo, de três a quatro milhões de mudas por ano. Entre os clientes, estão várias usinas, cervejarias, companhias que precisam fazer ajustes ambientais ou mesmo que estão interessadas em ações de reflorestamento.

André Gustavo Nave, diretor da empresa, acredita que, no cenário atual, ainda há muito espaço para um aumento da demanda por mudas. ABio Flora produz 200 espécies de árvores – para a recuperação de florestas, a atual legislação ambiental prevê o uso de, no mínimo, 80 espécies.

“Com as atuais exigências, nossos clientes têm aumentado e mudado. Hoje eles precisam ter mais informações para poder fazer o reflorestamento de forma correta”, afirma Nave.

Também do setor de mata nativa, a Tropical Flora, reflorestadora da cidade de Garça, no interior de São Paulo, tem um perfil diferente: boa parte de suas três milhões de mudas é destinada ao mercado madeireiro. Isso significa que seus clientes plantam espécies para colher, no mínimo, daqui a 15 anos.

“Foi uma maneira de unirmos a questão ambiental com algo que desse retorno financeiro. Pelo menos assim, não vão destruir árvores na Amazônia”, comenta Rodrigo Ciriello, diretor comercial da Tropical Flora.

A empresa, criada há sete anos, pertence a um grupo familiar que existe há 30 anos e se dedicava ao plantio de café e criação de gado.

Hoje, porém a Tropical Flora é o principal negócio. Além de fornecer mudas, ela também faz projetos de atualização da mata legal.

#### **CRISE**

A Camará, em Ibaté, também no interior de São Paulo, tem capacidade de produção de 15 milhões de mudas por ano. No seu caso, as espécies nativas ainda são a minoria: cerca de três milhões, enquanto,



de eucalipto, são 12 milhões de mudas.

No entanto, com a crise do setor de celulose no ano passado, enquanto a produção de eucalipto caiu para um terço, ou seja, quatro milhões de mudas, a de nativas quase não sofreu, chegou a subir um pouco, aproximando as duas produções. O número de funcionários acabou sendo também reduzido, mas pode voltar a crescer agora.

“O faturamento caiu 40% em 2009. Como já estamos acostumados com essas mudanças, pois trabalhamos para atender a demanda de grandes clientes, conseguimos sair bem. Agora a tendência é voltar ao resultado de 2008”, comenta o sócio-proprietário da Camará, Carlos Nogueira.

A empresa fornece cerca de 70% das suas mudas para São Paulo. Os maiores clientes de espécies nativas são hidrelétricas que fazem programas ambientais.

O custo das plantas varia: a nativa custa R\$ 0,60; o eucalipto, R\$ 0,30. “Chegamos a pensar em diminuir o plantio de nativas, mas acabamos desistindo. De uns 4 anos para cá, houve um aumento significativo na venda dessas mudas”, diz Nogueira.

### **Grandes empresas avaliam agora sua pegada florestal** – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 11/02/2010

Depois da "pegada de carbono" é a vez de empresas internacionais começarem a se preocupar com a sua "pegada florestal".

O conceito envolve o quanto de desmatamento é causado direta ou indiretamente por uma empresa ou um produto. Companhias aéreas, por exemplo, respondem por 5% das emissões mundiais de gases-estufa - e é na queima de combustível fóssil dos aviões que está sua "pegada de carbono". Mas a "pegada florestal" está na comida servida a bordo, no couro do revestimento das poltronas ou na origem do biocombustível utilizado pela frota de carros da empresa.

Ontem, em Londres, foi lançado o relatório da Forest Footprint Disclosure (FFD), no qual empresas que responderam a um questionário estruturado em 11 temas-chave para a sustentabilidade, do rastreamento da cadeia de fornecedores à governança e participação em sistemas de certificação ambiental, por exemplo. O objetivo do diagnóstico é levantar as políticas que envolvem commodities consideradas de "risco florestal" como óleo de palma, soja, madeira, carne, couro e biocombustíveis.

A pesquisa foi enviada a 217 grandes companhias selecionadas pelo ranking das 500 maiores da revista Fortune. Apenas 35 empresas responderam. British Airways, BMW, Adidas, Nike e Unilever foram algumas das que enviaram resposta. Entre elas, há duas brasileiras: o frigorífico Independência e a Fibria, resultado da fusão entre Aracruz e Votorantim Celulose e Papel. Em termos regionais, só uma empresa asiática enviou respostas e a maior participação veio de companhias europeias ou do Reino Unido.

Em parte, este resultado faz sentido. O FFD é um projeto novo da ONG britânica Global Canopy Programme, que estuda e pesquisa florestas no mundo. O projeto teve apoio de várias fundações e do governo britânico através do ministério de desenvolvimento internacional, o DFID. "Não significa que quem não respondeu não é sustentável", explica Tracey Campell, diretora do FFD. "Talvez não tenham respondido porque não sabiam como ou porque temem o que faríamos com os dados, já que somos um projeto novo e pouco conhecido", diz. "Mas foi um início muito promissor." A iniciativa tomou forma pelo interesse de 34 bancos e fundos de pensão com ativos na casa dos US\$ 3,5 trilhões e que querem saber mais sobre as empresas que têm financiado.

"Este é o futuro, o caminho. É algo meio irreversível" diz Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra - Amazônia Brasileira e um dos consultores do projeto. "Quando os líderes setoriais começam a soltar informação, os outros tendem a segui-los."

O relatório listou as dez melhores performances por setor. No alimentício coube à dinamarquesa Danisco a melhor avaliação. "É uma fornecedora de ingredientes, o que é muito bom porque possibilita aos clientes terem um produto sustentável", diz Tracey. Na lista dos melhores desempenhos estão a francesa L'Oreal, a britânica Sainsbury, a finlandesa Neste Oil, a americana Weyerhaeuser e o IOI Group da Malásia. "Empresas que entendem qual é sua 'pegada' florestal, podem conseguir a confiança dos investidores de que estão avançando neste novo desafio e enfrentando a mudança climática com inteligência", diz o relatório.

### **O que é a pegada de carbono – Valor Econômico – Internacional – 11/02/2010**

As pegadas de carbono medem quanto dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) nós produzimos levando nossas vidas diárias ou produzindo mercadorias. Uma ida ao trabalho de carro, um movimento do interruptor de luz e uma viagem de avião, tudo isso utiliza combustível fóssil, como petróleo, carvão e gás. Quando combustíveis fósseis são queimados, eles emitem gases causadores do efeito estufa, como o CO<sub>2</sub>, que contribuem para o aquecimento global. Do CO<sub>2</sub> atmosférico, 98% vêm da queima de combustíveis fósseis. Os sites com calculadoras de carbono transformam informações fáceis de fornecer, como a quilometragem anual e o uso mensal de energia, em uma tonelagem de carbono mensurável. A maioria das pessoas que tenta reduzir sua pegada de carbono, o faz por meio da redução do uso de combustíveis. Quando as pessoas tentam a neutralidade de carbono, elas cortam suas emissões o máximo possível e compensam o restante. As cotas de compensação ou neutralização de carbono permitem que você pague para reduzir os gases do efeito estufa em vez de fazer reduções radicais por conta própria. Quando você compra um certificado de compensação, você financia projetos que reduzem as emissões por meio do reflorestamento, modernizam usinas de energia e fábricas ou aumentam a eficiência energética de prédios e transportes. Algumas empresas começaram a incluir pegadas em seus rótulos. Os rótulos de carbono apelam aos consumidores que entendem e monitoram suas pegadas de carbono e desejam apoiar produtos que façam o mesmo.

Os rótulos (foto acima) estimam as emissões geradas com produção, embalagem, transporte e descarte do produto.

**Pegada de carbono faz empresa trocar fornecedor** - Sheila McNulty – Valor Econômico – Internacional – 11/02/2010

Duas grandes empresas dos EUA decidiram evitar os fornecedores que obtêm combustíveis a partir das areias betuminosas do Canadá, para restringir as suas pegadas de carbono.

A decisão da Whole Food Market, uma rede varejista de alimentos orgânicos, e da Bed Bath & Beyond, uma varejista de artigos para o lar, mostra como o setor vem agindo para preencher o vácuo deixado pela falta de decisão em Copenhague e pelo fracasso do Congresso dos EUA em limitar as emissões de gás carbônico.

As duas empresas agiram em resposta à ForestEthics, uma organização não governamental que, em 2009, iniciou uma campanha para afastar o setor empresarial americano do combustível originado a partir de areia betuminosa, que possui conteúdo de carbono maior do que o petróleo convencional.

Ambientalistas e industriais divergem sobre o grau de carbono da areia betuminosa, mas ambos concordam que é maior do que o petróleo comum. As maiores reservas mundiais comprovadas de petróleo, fora da Arábia Saudita, estão nas areias betuminosas canadenses, o que ajuda a reduzir a dependência dos EUA do combustível do Oriente Médio.

"Haverá uma tensão constante entre as questões ambientais e as de segurança da oferta", afirmou o presidente da empresa de consultoria PFC Energy, Robin West.

A ForestEthics negocia com mais de 30 empresas para que adotem políticas similares.

"As empresas estão se movendo com a velocidade da luz", disse o diretor-executivo da ForestEthics, Todd Paglia. "É uma questão central, na qual elas sabem que precisam avançar. O fracasso de Copenhague torna as empresas mais dispostas a fazer isso; a liderança precisa vir de algum lugar."

O vice-presidente sênior mundial de compras, distribuição e marketing da Whole Food Market, Michael Besancon, disse que a empresa trocou a Marathon Oil, que obtém combustível a partir de areias betuminosas, pela CountryMark, que usa petróleo americano, como fornecedora. "Estamos avaliando nossa pegada de carbono,

e as areias betuminosas são maiores geradoras de carbono", disse Besancon. "Estamos tentando ser líderes nessa questão." A Marathon disse que não tinha conhecimento dos negócios perdidos.

Embora o combustível utilizado por essas empresas não seja suficiente para prejudicar o setor de petróleo, a decisão poderá levar outros a seguirem o exemplo, à medida que a indústria assuma a responsabilidade da redução de sua pegada de carbono.

O Congresso aprovou em 2007 a Lei de Segurança e Independência em Energia, que limita a compra de combustíveis alternativos, pelo governo, àqueles que em seu ciclo de vida geram gases que provocam o efeito estufa em intensidade igual ou inferior à dos combustíveis convencionais. As areias betuminosas canadenses são consideradas combustíveis não convencionais, e sua produção emite mais gases causadores do efeito estufa.

O governo Bush, apesar disso, incentivou a exploração das areias betuminosas, assim como o de Obama, que em agosto aprovou um duto para transportar o combustível obtido das areias betuminosas para os EUA. Combustível de areias do petróleo continua fazendo parte do estoque energético do governo americano.

Eben Burnham-Snyder, porta-voz do deputado americano Edward Markey, presidente da Comissão sobre Independência Energética e Aquecimento Global, que apresentou o projeto, disse que as refinarias recebem combustível de diversas fontes, de modo que combustíveis com alto teor de carbono são, por vezes, misturados com outros, de baixo teor. Mas a lei tinha por objetivo evitar contratos (de compra) envolvendo apenas combustíveis associados a altos níveis de emissões de carbono, disse ele.

Susan Casey-Lefkowitz, advogado sênior do Natural Resources Defense Council, afirmou que o impacto deverá surgir quando forem concluídas obras de expansão de refinarias, deixando algumas com preponderância de combustíveis obtidos de areias betuminosas.

### **Paranoia amazônica – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 12/02/2010**

Com teses anacrônicas, políticos tentam impedir a adequação da atividade econômica a parâmetros ambientais sustentáveis

A QUALIDADE do debate público em países democráticos pode ser inferida pelo teor das manifestações dos representantes da sociedade no Legislativo. No Brasil, cujo Congresso é ainda lastreado, em grande parte, na influência de oligarquias regionais com traços arcaicos, não surpreende que discussões sobre questões ambientais -tema que veio para ficar na agenda global- se revelem tão medíocres. A banda parlamentar mais retrógrada, na ausência de argumentos em prol da destruição da natureza, responde com paranoia às tentativas de adequação da atividade econômica a parâmetros compatíveis com a preservação ambiental.

Sobretudo no que toca às modalidades mais intensivas em recursos naturais, como a agricultura, a mineração e a produção de energia, procura-se pintar as agências ambientais e seus aliados como inimigos do desenvolvimento nacional. Na melhor hipótese, seriam inocentes úteis a serviço de ambições externas. Não é preciso estar na pele de ruralistas antiquados, como tantos no Congresso, para endossar essas teorias conspiratórias. Parlamentares feitos ministros da cota do PMDB, Reinhold Stephanes, da Agricultura, e Edison Lobão, das Minas e Energia, não titubeiam em atacar o Ministério do Meio Ambiente e defender interesses especiais de clientes. Faz coro com eles o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B-SP), que qualificou o MMA como "organização paraestatal" em entrevista à Folha. Para ele, ministério e ONGs estão mancomunados para desfavorecer a agricultura e erguer barreiras aos produtos nacionais. Rebelo concede que há "degradação no mundo e no Brasil", mas apenas para atacar em seguida: "O que eu estou é destacando que uma parcela do movimento ambientalista é neomalthusiana e neocolonial. Como não existe mais floresta na Europa, escolhe-se um país do Terceiro Mundo para ser uma espécie de jardim botânico europeu, e você submete a população da Amazônia, de camponeses, de caboclos e de ribeirinhos, ao regime de terror". Retrocede-se, com tais despropósitos e exageros, ao padrão das reações de militares nacionalistas, em décadas passadas, diante das primeiras denúncias internacionais sobre a destruição da Amazônia. Só faltou o deputado reciclar o slogan anticomunista -que em outros tempos se voltava contra ele- e alardear um suposto "perigo verde". Seria apenas uma manifestação folclórica e reacionária, não fosse Rebelo relator da comissão da Câmara que analisa mudanças no Código Florestal. É possível e necessário rever o código, para adequá-lo à realidade do agronegócio exportador. A regulamentação pode ser importante para conciliar o crescimento do produto agrícola com um basta à dilapidação do capital natural, por meio do aumento da produtividade. Como se sabe, respeito a normas sustentáveis é um valor em alta no próprio mercado internacional. Não será com visões maniqueístas e reações paranoicas que se travará um debate racional sobre o tema.

### **O Brasil entra no clima – Carlos Minc – Folha de São Paulo – Opinião – 14/02/2010**

O QUE até há pouco parecia impossível aconteceu. O Brasil elaborou um plano de mudanças climáticas, estabeleceu metas de redução de emissões de carbono, aprovou uma lei definindo instrumentos para atingir as metas e outra lei criando o fundo de mudanças climáticas, originado de 10% dos lucros do petróleo. Sancionadas pelo presidente Lula em dezembro de 2009, foram apresentadas um ano antes pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e aperfeiçoadas pelo Congresso, e estão em elaboração os decretos com os mecanismos para sua implementação. A economia real deve entrar no clima. Se mecanismos como juros, tributos e créditos estiverem divorciados dos princípios ambientais e climáticos, estes serão apenas utopias não realizadas. Em 2009, o Ministério da Fazenda decretou quatro medidas propostas pelo MMA. Uma delas estabeleceu tratamento tributário diferenciado para as geladeiras, ar-condicionados etc. mais eficientes, que consomem menos energia emitindo menos

carbono.

A segunda definiu IPI diferenciado para carros a etanol ou flex. A terceira medida desonerou os equipamentos eólicos, como torres, hélices e turbinas, ajudando o sucesso do leilão de energia eólica de dezembro, que arrematou 1.700 MW com deságio de 25%. Isso ajudará a criar um parque eólico no Brasil, com leilões anuais, atualização dos inventários eólicos e conexão dessas fontes à rede nacional.

Essas são algumas das medidas elencadas na Carta dos Ventos, que lançamos com 20 secretários estaduais de Energia em junho de 2009, em Natal (RN). A quarta medida definida pelo ministro Mantega foi a desoneração dos materiais reciclados, sob a forma de crédito presumido às empresas que adquirirem papel, plástico, vidro, alumínio etc. das cooperativas de catadores, estimulando a indústria da reciclagem e a melhor remuneração dos catadores. Quando se reutilizam esses materiais, reaproveita-se a energia utilizada em sua produção, evitando emissões de CO<sub>2</sub>.

As próximas medidas desonerarão tributos dos carros elétricos e da energia renovável gerada a partir do lixo, tanto do metano quanto a resultante de incineração. Em janeiro deste ano, assinamos o maior contrato de aproveitamento de metano, do aterro de Gramacho (RJ), com a Petrobras, o governo estadual e a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Comlurb e o MMA. O metano é um gás de efeito estufa que emite por parte 21 vezes mais que o CO<sub>2</sub>. O metano acumulado em Gramacho é capaz de suprir todo o consumo residencial do Rio e será utilizado pela refinaria de Duque de Caxias (Reduc).

Estabelecemos na licença que parte dos créditos de carbono será destinada à recuperação dos manguezais e à constituição do Fundo de Valorização dos Catadores. Essas medidas integram a Lei do Clima, cujas metas foram inscritas pelo Brasil na Convenção do Clima da ONU.

As compras públicas deverão se nortear por critérios de sustentabilidade socioambiental e climática, com produtos recicláveis, de baixa intensidade de carbono, gerados com energia renovável. Nas licitações, além do menor preço, será considerada a tecnologia que reduza emissões de CO<sub>2</sub>. No Brasil, a principal contribuição ao aquecimento global vem do desmatamento. Medidas fortes reduziram o desmatamento da Amazônia de 2009 ao menor índice desde que é monitorado pelo Inpe (22 anos). Triplicamos a fiscalização, cortamos o crédito dos desmatadores, capturamos e leiloamos o boi pirata nas unidades de conservação e terras indígenas e entregamos os recursos ao Bolsa Família.

Devemos ampliar o desenvolvimento sustentável, com a operação Arco Verde, o Fundo Amazônia, a piscicultura, a recuperação de áreas degradadas e o manejo florestal sustentável. Enfrentaremos o desmatamento do cerrado, que agora integra as metas nacionais de redução de emissões. O Fundo Clima destinará R\$ 1 bilhão por ano para mitigação e adaptação das regiões mais vulneráveis às mudanças do clima, como o Nordeste e zonas do litoral. Governos estaduais, empresários, cientistas e cidadãos começam a se mobilizar, respondendo positivamente às necessárias mudanças nos nossos padrões de produção e de consumo. Falta muito, mas os caminhos estão sendo definidos. O Brasil começa a entrar no clima.

---

**CARLOS MINC BAUMFELD**, doutor em economia, é o ministro do Meio Ambiente.

**Área verde obrigatória pode ser útil ao produtor** – Afra Balazina – Estado de São Paulo – Vida & - 14/02/2010

As áreas verdes obrigatórias que precisam ser mantidas nas propriedades rurais – vistas por muitos ruralistas como um empecilho à produção – podem ser bastante teis aos agricultores.

Cientistas defensores do Código Florestal têm mostrado que a determinação legislativa ambiental não são caprichos de ambientalistas.

Segundo Paulo Kageyama professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), a biodiversidade nativa tem um efeito de equilíbrio do ecossistema e pode ser importante para garantir o sucesso do que é cultivado nas áreas agrícolas.

Para comprovar, ele conta que, ao fazer a recomposição da mata ciliar em reservas da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) usando cem espécies diferentes por hectare, conseguiu-se evitar a ocorrência de pragas e doenças nas árvores.

Após dois anos, nem formigas atacavam.

Experimentos também no entorno de plantações de eucalipto levaram a um resultado positivo.

Como as florestas de eucalipto têm diversidade genética muito baixa – e neste caso não é viável economicamente utilizar agrotóxicos –, as florestas nativas ajudaram a evitar problemas. “Muitas vezes as florestas de eucalipto têm um clone ou material genético, então, se uma árvore suscetível a uma praga, todas são afetadas”, disse Kageyama, que já foi diretor de conservação da biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente.

Segundo ele, para a pecuária, a recuperação de APPs – áreas de Preservação Permanente, como encostas e margens de rios – e reservas legais também pode ser benéfica.

“Planta-se o mesmo capim e centenas de hectares e, muitas vezes, é preciso aplicar muito agrotóxico. O País foi campeão no uso de agrotóxico em 2009, deveria ter vergonha disso.”

O Código Florestal determina a preservação de topos de morro, encostas, margens de rios e restingas, além de exigir a manutenção de uma reserva legal nas propriedades – o tamanho depende do bioma onde a propriedade está localizada (*mais informações nesta página*).

Mas, projeto no Congresso com o objetivo de flexibilizar a legislação. Debates acalorados sobre as mudanças propostas no corredor em diversas regiões do Brasil nas últimas semanas, em audiências públicas que reuniram produtores rurais, políticos, ambientalistas, promotores e cientistas.

Solange Teles da Silva, professora de direito ambiental da Universidade

Presbiteriana Mackenzie, ressalta alguns dos pontos mais preocupantes, em sua opinião, nos dois projetos de lei e anexos em discussão na Câmara dos Deputados.

Eladizque altera... propostas v.o da redução da APP em 50% no entorno dos corpos d' água, diminuição da reserva legal em áreas do Cerrado da Amazônia Legal de 35% para 20% e até a supressão total desse tipo de área protegida. Também merecedora, Segundo a professora, a intenção de passar para a esfera estadual o poder de determinar o tamanho da reserva legal.

O Estado de Santa Catarina saiu na frente e já reduziu a faixa de preservação ao longo de rios para até cinco metros. Há uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para impedir impugnação a disposições desse código.

“Parece que os legisladores estaduais também se esqueceram das tragédias que abalaram o seu Estado”, afirma.

A engenheira florestal e consultora Maria Jos. Zakia comprovou sua tese de doutorado na USP que o Código Florestal acerta ao determinar uma mata ciliar de 30 metros ao longo de rios com menos de 10 metros de largura. Sua pesquisa foi feita no Paraná.

“A regra geral dos 30 metros é bastante eficiente na proteção do solo e da água”, diz. Ela afirma que a definição dos 30 metros não é suficiente para manter um abastecimento ambiental, mas é um passo importante nessa direção.

A engenheira florestal defende que os proprietários sejam incentivados a manter as áreas verdes nas propriedades com ações como o pagamento por serviços ambientais. Nova Iorque já faz isso há cerca de 20 anos e em São Paulo existe um projeto-piloto em que os produtores rurais recebem por permitirem a manutenção da qualidade da água em uma região.

#### ANISTIA

Os ruralistas defendem uma anistia para quem desmatou até julho de 2006. O pesquisador Dalton Valeriano, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), diz que a data não faz sentido. Ele alega que o País tem como detectar desmatamentos maiores do que 30 metros desde 1985. Dessa forma, seria possível apontar pontos desmatados em áreas de matas ciliares, que devem ter largura mínima de 30 metros em cada lado do rio.

“D. para fazer a detecção desde 1985. Isso só não vai funcionar em vegetação campestre.

Mas não para fazer na Mata Atlântica, no Cerrado, na Amazônia, na Caatinga. Não veja motivo para colocarem 2006 como data.”●

### **Clima de desconfiança – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 15/02/2010**

Sucessão de erros abala credibilidade de órgão global para estudo da mudança climática, que precisa ser reformulado

DIFICILMENTE o IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, órgão criado pela ONU e pela Organização Meteorológica Mundial- sairá incólume da crise de credibilidade que o acossa. Uma sucessão de erros e desvios de conduta de membros do painel vieram à tona. Para um colegiado de base científica, configura-se uma hemorragia de prestígio que poderá levá-lo à morte.



Entre as gafes mais espetaculares do IPCC figura o pedido de desculpas, no mês passado, pela inclusão, no relatório de 2007, da previsão de que as geleiras desapareceriam do Himalaia "muito provavelmente" no ano de 2035. Rajendra Pachauri, presidente do órgão, reconheceu que "os padrões claros e bem estabelecidos de evidências apontam que procedimentos do IPCC não foram aplicados apropriadamente".

Pouco antes, em Copenhague, gerava polêmica a revelação de uma série de e-mails capturados por "hackers" dos computadores da Universidade de East Anglia. As mensagens trocadas entre climatólogos britânicos e norte-americanos sugeriam o uso deliberado de artifícios para reforçar a tese do aquecimento global. Agora, por todo lado surgem propostas de reformulação do IPCC. E não são só os "céticos" do aquecimento global: na última edição do influente periódico "Nature", por exemplo, 4 de 5 colaboradores do painel manifestaram-se a favor de mudanças. De fato parece esgotado o modelo surgido há duas décadas. Centenas de pesquisadores participam da produção dos relatórios de avaliação do IPCC, sumários da melhor ciência sobre o clima publicados com intervalos de cerca de seis anos. Os autores são selecionados entre nomes indicados por governos. Com o passar dos anos, produziu-se uma tendência para a uniformidade de pensamento, indesejável num órgão encarregado de fornecer informação científica relevante -mas não prescritiva- para a tomada de decisão. Para alguns críticos também é perceptível um substrato anticapitalista em certas postulações anunciadas pelo painel como verdades científicas. Mesmo que acusações de manipulação e relações problemáticas entre ciência e política não sejam suficientes para conspurcar a maior parte das constatações e previsões dos relatórios, não há dúvida de que uma atmosfera de desconfiança envolverá o que se publicar doravante. Há várias ideias sobre como restaurar a credibilidade. A medida mais urgente seria desvincular o IPCC, ou o órgão que o venha substituir, da influência direta da ONU e dos governos. Não é uma tarefa simples. Cogita-se uma agência com mais autonomia, que teria a incumbência de produzir relatórios mais específicos e frequentes, talvez bienais, sob um regime transparente de revisão por especialistas externos. É um bom ponto de partida para discutir uma nova e necessária fase de avaliação dos efeitos da atividade humana sobre o clima.

### **Ciclo verde – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 16/02/2010**

É desejável que o Brasil eleve a eficiência de sua pecuária e libere novas áreas para a produção de biocombustíveis

EM QUE PESE o refluxo da negociação internacional para combater o aquecimento global, após o fiasco de Copenhague, biocombustíveis estão em alta no mundo. No Brasil, país que está entre os líderes do setor, o lance mais recente foi a associação entre a petroleira Shell e a Cosan. É mais um passo para fazer do álcool uma commodity, ou seja, transformá-lo em produto com cotação internacional, negociado em bolsas de mercadorias. A tendência é irreversível. Mesmo com futuras altas do preço do petróleo, que viabilizem prospecção e exploração de novas jazidas, trata-se de um recurso não renovável. O mesmo vale para o carvão e o gás natural, que completam a tríade dos chamados combustíveis fósseis.

Biocombustíveis -seja o álcool de cana ou milho, seja o biodiesel de oleaginosas como soja e dendê- constituem a alternativa à mão para uma reforma sem solavancos da civilização do petróleo. Eles têm a vantagem de capturar de volta da atmosfera a maior parte do CO2 emitido na queima, quando as plantas que lhes servem de matéria-prima crescerem na safra seguinte. Comparados com os fósseis, cuja combustão lança na atmosfera carbono estocado há milhões de anos no interior da Terra, os biocombustíveis só contribuiriam marginalmente para o aquecimento global. Mas há obstáculos a essa "marcha verde". Há riscos de que o aumento da área plantada devaste matas. A queima da biomassa florestal lançaria no ar o carbono ali armazenado, contribuindo para agravar o efeito estufa. O exemplo clássico é o biodiesel de dendê, cuja exploração foi decisiva para o desmatamento na Ásia. Os produtores nacionais de álcool combustível e biodiesel alegam que o caso do Brasil foge a esse padrão. Aqui, a expansão da cana e da soja se dá sobre áreas de pastagem. Mas estudo recente, publicado pelo ecólogo paulista David Lapola, da Universidade de Kassel (Alemanha), no prestigiado periódico científico americano "PNAS" sustenta que, de modo indireto, os biocombustíveis contribuem para o desflorestamento.

Pelas contas de Lapola, a meta para 2020, de elevar em 35 bilhões de litros a produção brasileira de álcool e em 4 bilhões a de biodiesel de soja, levaria à conversão de 60 mil km<sup>2</sup> de florestas em pastagens -área maior que a da Paraíba. A economia de carbono obtida com os combustíveis renováveis precisaria de 250 anos para compensar as emissões pela devastação. Engana-se quem concluir que o pesquisador paulista se aliou aos inimigos da principal agroindústria de seu Estado natal. Lapola ressalva que não produziu uma profecia, mas dados que devem servir para orientar o planejamento da agropecuária. Um aumento da ordem de 10% na produtividade da pecuária bovina, com mais cabeças por hectare e recuperação de pastagens degradadas, liberaria toda a área de que a soja e a cana necessitam para aplacar a sede planetária por biocombustíveis.

### **Esquenta debate sobre o Código Florestal – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – especial – 17/02/2010**

O debate sobre as alterações no Código Florestal deve esquentar nos próximos dias. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, adianta que até o início de março deve ser editado o decreto "Reserva Legal", que regulamenta o que já está previsto na lei. A ideia é ir clareando a polêmica e retirando dela o que deve ser cumprido, mas ninguém sabe como. Por outro caminho, entram na rodada final as audiências públicas pelo país que vem sendo marcadas pela comissão especial da Câmara que analisa as mudanças no Código. O relator da comissão, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), espera enviar seu relatório também em março.

O decreto "Reserva Legal" terá dispositivos para o que, até agora, era letra morta na lei. Explicará como proprietários de terra com passivo de reserva legal podem compensar a falta adquirindo áreas de unidades de conservação e doando-as ao

Estado. Implementa, também, o sistema de cotas de reservas florestais que pode vir a ser negociado em Bolsa de Valores.

Depois de ter ouvido agricultores, políticos e ambientalistas em mais de 30 audiências públicas, Aldo Rebelo começa a formar seu quadro. Há vários pontos complexos como a estadualização da legislação. "Tenho a posição doutrinária de me inclinar sempre pela centralização porque é a forma que se tem de equilibrar um país muito desigual", diz. "Mas vejo que a legislação ambiental não foi centralizada a partir dos interesses nacionais que vieram a se manifestar nos interesses dos Estados."

O governo discute ainda um projeto de lei para enviar ao Congresso e é outro palco de embates entre Minc e um de seus opositores tradicionais, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Um dos pontos de conflito é o pagamento por serviços ambientais, conceito com o qual todos simpatizam. Minc tem ideia clara do que defende: "Qual o sentido de fazer isso para um latifundiário que tem 80 mil hectares?", questiona. "Deve ser tipo um Bolsa Família florestal para os pequenos que queiram reconstruir matas ciliares e outras APPs", defende, referindo-se às Áreas de Preservação Permanente.

**Stephanes está de um lado e ambiente e agricultura familiar, de outro, diz Minc**  
– Valor Econômico – Especial – 17/02/2010

O ministro Carlos Minc adianta pontos do decreto "Reserva Legal" que deve sair no fim do mês ou começo de março e conta como seu ministério fez aliados para defender pontos que considera fundamentais. "A guerra hoje dentro do governo não é ambiente versus agricultura. É ambiente e agricultura familiar versus Stephanes", diz, alfinetando o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

**Valor:** *O que dirá o decreto?"*

**Carlos Minc:** Não se trata de nenhuma mudança na lei, mas de regulamentar o que o Código Florestal já prevê. A legislação prevê a compensação da reserva legal fora da propriedade, mas não diz como pode ser feito, por exemplo, dentro de uma unidade de conservação ou como fazer isto em regime de condomínio.

**Valor:** *E como é?*

**Minc:** O órgão ambiental diz que é fundamental proteger determinada área de nascentes. Então, cinco fazendeiros de soja do Paraná, que não têm mais um centímetro de árvore, se juntam, compram a área, compensam o que desmataram e a doam ao Estado.

**Valor:** *E pode ser dentro de unidades de conservação?*

**Minc:** Há muitas propriedades em unidades de conservação cujos donos não foram indenizados. O dono de uma fazenda de cana pode comprar aquela terra, resolver seu passivo de reserva e doar ao governo. Solucionamos dois problemas de uma vez. E há também as cotas de reserva florestal.

**Valor:** *O que são?*

**Minc:** Um sujeito tem, suponhamos, 2 mil hectares de cana em São Paulo e nenhuma reserva legal. Tem que compensar 400 hectares. Pode comprar uma cota de alguém. O vizinho, por seu lado, só precisa ter 200 hectares de reserva legal e tem 300. Registra os 300 e vende a cota. Só que depois não pode desmatar os 100 hectares.

**Valor:** *Este decreto faz parte do pacote que começou a sair no fim de 2009, com o "Mais Ambiente"?*

**Minc:** Sim. Aliás, sobre o "Mais Ambiente", a imprensa deu a impressão de que ele suspendia todo o decreto de crimes ambientais por 2,5 anos, mas o decreto de crimes ambientais tem 200 artigos! Foi suspenso um só, o do prazo para a averbação da reserva legal que terminava em 11 de dezembro.

**Valor:** *A discussão era se tinha ou não anistia...*

**Minc:** Mas não é isso. Quem se inscreve no "Mais Ambiente" passa a ter um prazo de dois anos para regularizar tudo, e as multas que eventualmente tivessem sobre este ponto, e não outros, ficavam suspensas. É um programa que estabelece dinheiro, como conseguir mudas, quando o georeferenciamento é gratuito. A intenção é ajudar o cara a como fazer para cumprir. Se ele adere, faz tudo direitinho e ajusta sua conduta, a multa é cancelada. Mas se só se inscrever para ganhar tempo e no final não fizer nada, a multa será aplicada. Tem um chicote e uma cenoura no sistema. O ambiente ganha porque conseguiu proteger uma área que antes não se protegia.

**Valor:** *Qual o resumo das negociações do seu ministério em torno do debate do Código Florestal?*

**Minc:** Há um ano a nossa situação era muito delicada, mas entre março e julho houve uma mudança grande. Foi quando o MMA resolveu fazer uma aliança com a agricultura familiar. Negociamos com Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], Fetraf [Federação dos Trabalhadores na Agricultura] e MPA [Movimento dos Pequenos Agricultores], entidades que representam 80% dos agricultores familiares. Percebemos que se estivéssemos isolados da agricultura familiar seria uma derrota histórica dos ambientalistas. Mas aí fechamos com as três entidades e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) um acordo de 22 pontos. Dizíamos, por exemplo, que para a agricultura familiar, a averbação da reserva legal seria um processo rápido e gratuito.

**Valor:** *E depois disso?*

**Minc:** O momento seguinte foi fazer as três instruções normativas do ministério e foi então que ONGs como Greenpeace, Instituto Socioambiental (ISA), seringueiros, referendaram o acordo. Todos os pontos significavam alguma concessão. Mas o pessoal percebeu que estava se falando de 85% dos agricultores do país, mas só de 25% das terras. Foi quando ganhamos a batalha. Porque boa parte destes agricultores estavam indo atrás da tese que o grande inimigo deles eram as leis ambientais e daquele discurso de 'olha, a turma do ambiente vai arrancar as madeiras de vocês, os cafezais, vocês vão ser criminalizados'. Terrorismo total.

**Valor:** *Quais as diferenças que se estabeleceram para a agricultura familiar e os grandes produtores?*

**Minc:** A ideia de legalizar frutíferas em uma encosta vale tanto para os pequenos como para os grandes. A função da APP ali é segurar a encosta para que não aconteça erosão e nem assoreamento lá embaixo. Árvores frutíferas seguram a terra, é diferente do gado, da cana. Agora, a gratuidade do processo de averbação da reserva legal vale somente para a agricultura familiar. O Estado não vai fazer serviço de graça para um sujeito que tem 1000 hectares no Cerrado.

**Valor:** *Qual o próximo passo?*

**Minc:** Finalizar o projeto de lei do governo que está em discussão com a Casa Civil, a Agricultura e outros. Faltam mais umas duas rodadas. O objetivo é baixar o efeito-estufa da discussão no Congresso. Nós e o MDA fizemos um acordo histórico deste que é um ponto de desgaste para o governo, agora precisa fazer do outro lado e é claro que não vai ser fácil. Mas se os pequenos que tem menos grana, tecnologia e terra querem cumprir a lei com prazos e condições, porque aceitar que os grandes se furtem desta responsabilidade?

**Valor:** *Pode adiantar algo do PL?*

**Minc:** O presidente Lula não foi seduzido pelas principais teses dos ruralistas, ainda mais depois de Copenhague. Não vai acabar com o estatuto da reserva legal. A anistia para quem desmatou também não prosperou, desde que se dê prazo, tecnologia e recursos. A regionalização de tudo não vingou. Se é o mesmo rio e a mesma Mata Atlântica, não pode um Estado proteger 5 metros e o outro, do lado de lá, proteger 50, vira um Frankenstein. O governo federal tem que ter uma lei para o país e flexibilizar onde couber. Mas no caminho tem o imponderável, este é um ano difícil, eleitoral, e eu não tenho bola de cristal. (DC)

**Para Aldo, mudança na legislação não pode acelerar a fuga do campo – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 17/02/2010**

O deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) está em um périplo de audiências públicas pelo país para escutar as divergências no debate sobre o Código Florestal. Ele ainda tem muitas dúvidas sobre o tema que terá que relatar em breve e tem ideias

bem polêmicas. "A legislação ambiental é concentradora de renda e expulsa o homem do campo para as cidades", acredita.

**Valor:** *O senhor tem intimidade com questões ambientais?*

**Aldo Rebelo:** Nunca me especializei no tema, mas sempre acompanhei este conflito. Sou um homem do campo, vi a devastação no interior de Alagoas, o desaparecimento de espécies no agreste, uma coisa lamentável. Muitas desapareceram pela atividade predatória do homem. Vi também o esforço de sobrevivência da agricultura, principalmente da pobre, com desinformação e ausência do Estado. Mas não integro a bancada ambientalista, nem a agropecuária.

**Valor:** *O sr diz que reserva legal é conceito do qual não abre mão.*

**Aldo:** É um conceito que aprovo. Vem de José Bonifácio, que preconizava a destinação de um sexto das propriedades rurais para a preservação das matas. Além da finalidade ecológica, havia a econômica: madeiras para os barcos de guerra da marinha portuguesa e barcos de transporte, construção civil, combustível para engenhos de açúcar.

**Valor:** *E este conceito, agora?*

**Aldo:** Agora precisa ver como fazer isso. Faz por propriedade ou não? A partir de qual módulo? Há quem defenda que a reserva legal tem a destinação de reproduzir uma cadeia biológica mais ou menos complexa. Para ter bichos, tem que ter água e ser de determinado tamanho. Talvez a reserva legal por propriedade pode ser algo que não diz nada.

**Valor:** *Já tem este ponto claro?*

**Aldo:** Não. Acho que uma matinha em qualquer lugar faz um bem danado, mas não pode ser o meu ponto de vista. Uma ideia é fazer a reserva legal por bioma e Estados, não por propriedade. A legislação nacional obriga que São Paulo, por exemplo, arranje 20% de reserva legal no bioma onde está situado. Não tem jeito de não ser por propriedade de alguma forma, porque bacias e microbacias estão ali dentro, mas o critério seria outro. Todo este debate é complexo e nos impõe duas exigências.

**Valor:** *Quais são?*

**Aldo:** A primeira é com a defesa do meio ambiente. Temos um compromisso civilizatório de ter uma sociedade ecologicamente equilibrada. Somos quem mais preservou. A Europa detém apenas 0,01% das florestas do planeta enquanto o Brasil, sozinho, dispõe de 29%. E a segunda é a do desenvolvimento, da elevação do padrão de vida do nosso povo. Precisamos da agricultura e da pecuária.

**Valor:** *E as dificuldades?*

**Aldo:** A negligência com relação ao ambiente não é uma ficção e explica, em parte, a radicalidade dos movimentos ambientais. Mas há no movimento ambientalista uma antiga corrente conservadora que nega aos seres humanos o direito ao desenvolvimento. Com o debate sobre aquecimento global e a disputa entre a agricultura dos países ricos e a dos pobres, ela surgiu na forma de organizações ambientalistas.

**Valor:** *Como assim, pelas ONGs?*

**Aldo:** Não são ONGs porque são financiadas com dinheiro público dos países ricos. Têm a visão de que é preciso encontrar reservas florestais importantes que já não existem na Europa e nos EUA, e se põem a serviço de uma guerra comercial, de uma agricultura frágil que não depende mais do mercado, mas de subsídios de governos. Eu me preocupo. Até o Al Gore disse que a luta em defesa do meio ambiente está para a atualidade como a luta contra o comunismo, que justificou todo tipo de atrocidades. A luta pelo ambiente também vai justificar aos ricos este grau de intervencionismo?

**Valor:** *O sr. realmente acha isso?*

**Aldo:** Sim, acho.

**Valor:** *O que pensa da ideia de estadualização?*

**Aldo:** A maioria das Prefeituras não têm nem secretarias de meio ambiente e em alguns Estados a estrutura é primária. Eu me inclino sempre pela centralização porque é a forma que se tem de equilibrar um país tão desigual. Mas vejo que a legislação ambiental não foi centralizada a partir dos interesses nacionais. O MMA sofreu um tipo de intervenção política na qual prevaleceram interesses externos e, contraditoriamente, os interesses nacionais vieram a se manifestar nos interesses dos Estados. É este conflito que preciso administrar.

**Valor:** *E sobre a regionalização?*

**Aldo:** De que forma? Pode regionalizar por biomas, bacias, microbacias, formar corredores de APP e de reserva legal. Há vantagens e desvantagens em todas as propostas.

**Valor:** *Quais diferenças o senhor observou entre os produtores?*

**Aldo:** Vi mais inclinação das pessoas da Amazônia em aceitarem os 80% de reserva legal do que as pessoas de São Paulo com os 20%. Em São Paulo, existe uma agricultura consolidada, que já desmatou. Então a solução é confiscar terra produtiva? Ribeirão Preto tem agricultura intensiva em capital, tecnologia e concentração de renda. Em Assis, há pequenos proprietários, uma agricultura mais vulnerável à legislação ambiental. Paradoxalmente, a legislação é concentradora da propriedade da terra e inviabiliza pequenos e médios que não sabem nem o que é averbar. Ela expulsa o homem do campo.

**Valor:** *E quanto aos grandes que desmataram e não querem repor?*

**Aldo:** É por isso que foi criada a figura da compensação. Mas precisa ter cuidado porque pode se criar também um conflito. Uma agricultura forte em capital e em tecnologia querendo desantropizar paisagens de agricultura fraca. O sujeito que está ali com sua roça dentro do mato vira um estorvo.

**Valor:** *Por que há assentados temerosos com as mudanças?*

**Aldo:** Eles receberam incentivos para desmatar. O sujeito recebia uma gleba, ia no banco atrás de empréstimo, mas a garantia era a terra cultivada. Ele voltava com uma foice e fazia o serviço. Na Amazônia, quem não desmatasse não tinha o título do Incra. De repente, eles viraram proscritos e se exige que reflorestem. É assim que a legislação expulsa o homem do campo. Ele troca a pequena propriedade por uma Brasília usada e um barraco na periferia da cidade.

**Valor:** *Mas é o Código Florestal que vai resolver estes impasses?*

**Aldo:** Não, mas ele não pode acelerar o processo de desagregação. (DC)

**Sem clima, chefe de convenção da ONU sai** – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 19/02/2010

Holandês Yvo de Boer renuncia em meio à frustração com fiasco de Copenhague para virar lobista em firma de consultoria

Diplomata deixa cargo em junho, meses antes de nova reunião no México que deve tentar elaborar um acordo contra emissões de carbono

Yvo de Boer, o chefe da Convenção do Clima da ONU, anunciou ontem que deixará o cargo em 1º de julho, em meio à frustração generalizada com o colapso das negociações para conter o aquecimento global. Sua saída não só expõe os impasses do processo nas Nações Unidas como lança de vez o debate sobre clima à deriva. Não se sabe ainda quem sucederá o holandês como secretário-executivo da convenção, um organismo que tem a missão de costurar um acordo global sobre o clima e que congrega, entre seus 194 membros, de países petroleiros a Estados-ilha sob risco de submergir. De Boer, 55, será funcionário da firma global de consultoria e auditoria KPMG. O cargo foi criado para ele e, embora esteja sendo definido, incluirá viagens e constante contato com empresas e governos para "aconselhamento em questões de sustentabilidade", além de atuação em eventos.

**Empresas na frente**  
"Sempre disse que, embora os governos forneçam o arcabouço necessário em políticas, as verdadeiras soluções devem vir das empresas", declarou. "Copenhague não nos deu um acordo claro em termos legais, mas o compromisso político e a ideia de rumarmos a um mundo de baixas emissões são vigorosos. Isso



pede novas parcerias com o setor de serviços", prosseguiu, em nota. Os contatos entre De Boer e a empresa começaram, segundo uma fonte familiarizada com a contratação, antes do colapso de Copenhague, em dezembro. Embora tenha definido sua saída como "decisão difícil", De Boer já tinha dado sinais de sua insatisfação com o processo, que avança para a próxima etapa, em dez meses, no México.

Na Dinamarca, economizou nas entrevistas coletivas de praxe, limitando-se a um comunicado em que chamava o Acordo de Copenhague de "carta de intenções". Quando falou, há um mês, disse que os resultados foram "frustrantes". Sugeriu que o processo atual, em que todos debatem todas as decisões, fosse substituído por uma negociação "em partes": alguns poucos países tomariam as decisões-chave e caberia aos demais referendá-las. Sem De Boer, é difícil apostar se a ideia vingará ou não. Nos quatro anos em que esteve à frente da UNFCCC, o midiático diplomata holandês elevou a proeminência da convenção como nenhum de seus antecessores, reunindo-se com líderes e participando de conferências mundo afora. De instituição discreta, a convenção passou à vitrine das Nações Unidas. Por ora, as metas de corte de emissão propostas pelos países não manterão o aquecimento do planeta em até 2C por século, teto que cientistas dizem ser seguro. Os principais emissores, China e EUA, continuam a fugir de metas enquanto trocam acusações e exigências. As dúvidas crescem mais porque Copenhague pariu um documento que, sem o status de compromisso legal, não norteia nada e ainda se soma aos dois trilhos da negociação.

"De Boer renunciar é a antecipação de algo que provavelmente aconteceria de qualquer forma, e saindo antes ele dá mais tempo para alguém novo chegar", afirmou à **Folha** o maltês Michael Zammit-Cutajar, primeiro secretário-executivo da Convenção.

"O problema-chave é entender o que vai acontecer em uma situação tão confusa", disse. "Espero que, sob a liderança do México, haja alguma ordem no processo até o fim do ano. É importante saber se os mexicanos vão iniciar consultas."

### **Demissão sedimenta derrocada de acordo – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 19/02/2010**

A saída de Yvo de Boer coroa um processo de desmoralização da Convenção do Clima que, se não sepulta de vez, fere gravemente a perspectiva de um acordo multilateral que amplie e substitua o Protocolo de Kyoto após 2012. A renúncia tornara-se inevitável na noite de 18 de dezembro, quando a cúpula de Copenhague desmoronou por falta de acordo (ou excesso de interesses em comum) entre Estados Unidos e China. Sem conseguir ser o fiador do tratado "justo, ambicioso e legalmente vinculante" que defendia, engolindo no lugar disso o anódino Acordo de Copenhague, o secretário-executivo não tinha mais o que fazer. Não bastasse isso, uma ação orquestrada do lobby poluidor, aliada à inabilidade do IPCC de reconhecer os próprios erros, meteu na cabeça da opinião pública a cunha da dúvida sobre a própria realidade da mudança climática. Um exemplo: o número de

britânicos que desacreditam do aquecimento subiu de 15% para 25% entre 2009 e 2010, segundo a BBC. O futuro da convenção é previsível: um acordo multilateral não deverá ser obtido no fim do ano em Cancún, na COP-16. No lugar ficam situações de fato: acordos bilaterais (entre EUA e China, por exemplo) ou entre grupos específicos de poluidores (o G20 ou o Fórum das Grandes Economias). Esses acordos farão amplo uso do mercado de carbono, como desejam os EUA, substituindo os cortes de emissão ditados pela convenção por "vales-polição", para facilitar a vida das empresas. A transição para o mundo de baixo carbono é inevitável; mas ela ocorrerá no ritmo que esses mercados ditarem -e não no ritmo necessário para evitar o aquecimento perigoso do planeta. A Convenção do Clima, como o restante da ONU, ficaria como uma espécie de órgão de assistência aos países mais pobres. As decisões de verdade, no melhor padrão ONU, serão tomadas por quem tem o poder. Um fim triste para uma instituição que achava, contra toda evidência, que a humanidade poderia resolver seu maior problema coletivo por decreto.

#### **Meio ambiente como risco de crédito - Claudia Safatle – Valor Econômico – Brasil - 19/02/2010**

O Banco Central do Brasil começou a acordar para os danos sócio-ambientais que o crescimento econômico pode causar. "Crescer por crescer é a filosofia da célula cancerosa", cita Sérgio Lima, consultor do presidente do BC, reproduzindo as palavras que ouviu, durante um seminário, do economista Ladislau Dowbor que, por sua vez, atribui a autoria do aforismo a um "banner" colocado por um grupo de estudantes na entrada de uma conferência sobre economia.

Lima foi encarregado de elaborar a proposta de estruturação do Departamento de Responsabilidade Social do Banco Central, depois que um voto da diretoria da instituição determinou o ingresso desse tema no organograma do banco no ano passado. Ele concluiu o trabalho no segundo semestre de 2009. Falta, porém, a direção do BC tirar a ideia do papel com celeridade, colocá-la em prática e, mais do que isso, incorporar novos elementos de preocupação com a preservação do ambiente e a inclusão social às normas que regem a política de crédito no país.

Soma-se a essa iniciativa a institucionalização de uma estratégia de educação financeira, que deverá ser feita por decreto presidencial, para levar os fundamentos da boa gestão das finanças pessoais para as escolas e para as ruas. Nesta, a intenção é atingir não só os 55 milhões de alunos das mais de 200 mil escolas do país, mas alastrar os ensinamentos para os adultos, através de organizações como as do sistema "S", os militares e até o universo do beneficiários do Bolsa Família.

Alguns cursos nessa linha já foram dados pelo Banco Central para formar agentes multiplicadores dos conceitos. Recentemente houve um curso piloto para o Exército e, em março, será realizado outro para a Aeronáutica. Pretende-se, com as aulas, ensinar as pessoas a lidar com o dinheiro, entender o que é juros simples e composto, pensar no futuro, constituir poupança e poder fazer as melhores escolhas.

Educação financeira e responsabilidade sócio-ambiental são vistas como fatores indispensáveis ao crescimento econômico. O papel dos bancos centrais nessa estratégia só começou a ser abordado muito recentemente e, segundo informações do consultor do BC, por ora apenas dois bancos estão iniciando um trabalho nessa direção: o do Brasil e o da China, país sob forte pressão internacional para atenuar a degradação ambiental produzida pelo crescimento acelerado. "É um mundo a ser explorado e o BC precisa se antecipar a esse processo", assinala Lima, que tem discutido com diversas organizações, da Amigos da Terra ao Greenpeace.

Na próxima semana, haverá um seminário no qual os estudos e sugestões elaborados até agora serão apresentados à diretoria e aos funcionários do BC. Uma das propostas será que os bancos, tanto públicos quanto privados, passem a incorporar nas suas áreas de análise de risco o perigo ambiental dos projetos que financiam.

"Há espaço para regulamentação", explica Lima. Há quase dois anos o Conselho Monetário Nacional aprovou a resolução 3.445, que condicionou a renegociação de dívida e liberação de crédito, pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), à apresentação de documentos que comprovam a regularização fundiária e ambiental. Essa resolução foi sugerida pelo Ministério do Meio Ambiente e dirigida à Amazônia, para frear o desmatamento da região.

A avaliação do governo é de que ela está produzindo resultados, como a redução de 40% na área desmatada no primeiro semestre de 2009 em comparação com igual período do ano anterior, assim como retração de cerca de 30% na contratação de empréstimos no mesmo período. Mas há, ainda, um vasto caminho a percorrer para desenvolver a fiscalização sistemática dessas práticas.

Lima disse que se discute, hoje, a possibilidade de estender a resolução 3.445 para os demais biomas do país (cerrado, pantanal, pampas, caatinga). Do leque de propostas do BC consta, ainda, a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que rege a política de compras do setor público, o tratamento de resíduos e o consumo de energia, entre outras determinações.

Simultaneamente à entrada da autoridade monetária na questão ambiental, há, também, a tentativa de harmonizar os termos dos protocolos verdes assinados pelos bancos públicos e privados, que estabelecem critérios de preservação ambiental na concessão de crédito a projetos. As instituições públicas aderiram a um protocolo em meados dos anos 90. Os bancos privados assinaram um outro documento. Agora, a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) está encarregada de conciliar os dois. Deverá ser criado, também, um fórum permanente para todo o sistema financeiro, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

No fim de 2009 houve o 1º Encontro Sul-Americano de Populações Afetadas pelos Projetos Financiados pelo BNDES, embora o banco, uma das maiores instituições de fomento do mundo, já condicione seus financiamentos a uma análise do impacto ambiental que eles produzirão.

As demandas pela preservação do ambiente e por compromissos com a natureza são crescentes. O sistema financeiro, encarregado de financiar o crescimento,

e os órgãos reguladores (BC, CVM, Susep, entre outros), se despertados para o problema, engatinham na construção de critérios de atuação e de aferição de suas atitudes. Não basta contabilizar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como gerador de progresso e bem-estar. Os investimentos com guerra têm peso tão importante quanto os com educação. Há grande expectativa com a criação de uma alternativa ao PIB, pelo grupo de sábios reunidos a pedido do presidente da França, Nicolas Sarkozy. Também não é suficiente olhar a expansão do crédito para concluir que se tratou de um estímulo benéfico ao crescimento.

Nesse sentido, é bem-vinda uma atuação mais ativa do BC, que vá além do cumprimento da meta de inflação, pelo manejo da taxa de juros, como pré-condição para o crescimento sustentado, duradouro. Ele precisa ser sustentável, entendido como compatível com o respeito ao planeta.

#### **FAO quer taxa ambiental na pecuária – Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios – 19/02/2010**

A pecuária deveria ser taxada para reduzir os estragos ao ambiente causados pela produção de carnes. Polêmica, a proposta da Agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) afeta grandes exportadores de carnes como o Brasil e pode ser considerada o "contrapeso" do cenário de crescimento contínuo da demanda internacional sinalizado em amplo estudo divulgado na quinta-feira.

A agência da ONU estima que a produção mundial de carnes dobrará até 2050 para atender a uma demanda que cresce de maneira vertiginosa. E alerta que a elevação constante da produção animal "se traduzirá em enormes pressões sobre a saúde dos ecossistemas, a biodiversidade, os recursos em terras e florestas e na qualidade da água, além de contribuir de maneira significativa para o aquecimento do planeta".

Nesse cenário, a FAO sugere que os governos adotem medidas para reduzir o custo ambiental da expansão da pecuária, e uma dessas medidas poderia ser a imposição de "taxas ou direito de utilização de recursos naturais" pelos pecuaristas, para levá-los a "internalizar os custos dos estragos ambientais causados pela produção animal". Segundo a agência, impor taxações é necessário sobretudo porque "os preços atuais das terras, da água e dos alimentos usados na produção dos rebanhos frequentemente não refletem o verdadeiro valor desses recursos, o que provoca seu excesso de consumo".

A FAO sugere, também, políticas que favoreçam o consumo de carnes suína ou de frango em vez de carne bovina - isso porque são necessárias menos calorias vegetais para produzir uma caloria animal. A FAO, na prática, incorpora uma posição de vários países desenvolvidos nos últimos tempos, que visa a frear a produção de carne bovina. A instituição igualmente defende que os governos estimulem os pecuaristas a melhorarem a alimentação dos rebanhos para reduzir as emissões de metano. Isso poderia ser feito, por exemplo, com mais aditivos.

Para a FAO, todo o custo "externo" deve ser incorporado nas políticas pecuárias "para levar em conta o custo integral da poluição e outros aspectos ambientais negativos". Com isso, acredita o braço da ONU, os produtores serão impelidos "a fazer escolhas de gestões menos custosas para o meio ambiente e para a sociedade como um todo". Por sua vez, os pecuaristas que protegem o ambiente devem ser indenizados através de "benefício imediato" - como ajuda para melhorar a quantidade e qualidade da água, por exemplo.

A FAO procura mostrar que o custo ambiental é enorme: a pecuária é responsável por 18% das emissões totais de gases de efeito estufa, mais do que o setor de transportes. Na América Latina e no Sudeste da Ásia, os bovinos são responsáveis por 85% das emissões do setor, pelo metano.

Segundo o relatório, a pecuária, que contribui com 40% do valor total da produção agropecuária global e assegura a subsistência de um bilhão de pessoas, é a atividade que mais se utiliza dos recursos do planeta e ocupa 80% da superfície agrícola total. O setor é responsável por 8% do consumo mundial de água.

Outro desafio é a saúde pública, já que 75% das novas doenças que afetaram os seres humanos nos últimos dez anos são causadas por patologias provenientes de animais ou de produtos de origem animal. Além disso, em muitos países em desenvolvimento explorações intensivas situam-se perto de centros urbanos para baratear o transporte.

Se a proposta de taxação avançar junto aos governos, o impacto sobre o Brasil será evidente. O país é o maior exportador mundial de carne bovina, e é brasileira a maior empresa de proteínas do mundo, a JBS.

A própria FAO projeta que a produção do campo brasileiro (grãos e pecuária), que a agência estima já ter crescido 50% desde 2000, poderá ter novo salto de 50% nos próximos dez anos, o que também alimenta a demanda para atenuar questões ambientais e de saúde.

A melhora de renda, sobretudo em países emergentes, o crescimento demográfico e a urbanização são os principais fatores para a crescente demanda global por produtos à base de carnes. E continuarão a sê-lo, ampliando mudanças no consumo, conforme o relatório divulgado. Em 2005, um chinês comia 59,5 quilos de carnes por ano - eram 13,7 em 1980. No mesmo período, o país asiático multiplicou seu consumo de lácteos por dez. Também a demanda brasileira por produtos animais registrou forte incremento: o consumo per capita de carne quase dobrou, e o de leite aumentou 40%.

Globalmente, o consumo de carnes passou para 41,2 quilos por pessoa em 2005, ante 30 quilos em 1980. Apesar de campanhas apontando o consumo de carnes como um fator de obesidade e de doenças cardiovasculares, a FAO diz, por outro lado, que os produtos animais são "excelente fonte de proteína de alta qualidade".

Para atender ao aumento da demanda, a produção global de carnes terá de dobrar até 2050, de 228 milhões de toneladas para 463 milhões. O número de bovinos

passará de 1,5 bilhão para 2,6 bilhões, e o de caprinos e ovinos, de 1,7 bilhão para 2,7 bilhões de cabeças.

Em 2007, os países em desenvolvimento superaram as nações desenvolvidas na produção de carnes e ovos e eliminaram seu atraso na produção de leite. O aumento da produção reflete, em grande parte, a alta do consumo. A China e o Brasil têm os crescimentos mais importantes, sobretudo para carnes. Entre 1980 e 2007, a China multiplicou sua produção por seis e hoje responde por 50% do total produzido nos países em desenvolvimento e por 31% da produção mundial. O Brasil multiplicou sua produção por quatro e tem mais de 11% da produção de carnes dos países em desenvolvimento e 7% da global.

O relatório da FAO corrobora o domínio do Brasil nas exportações mundiais de carnes. Em dez anos, o país multiplicou as exportações de frango por cinco, as de carne bovina por oito e as de carne suína, por dez. A FAO diz que o país explorou progressivamente os custos mais baixos de grãos para alimentação animal para desenvolver sua pecuária industrial. Terras abundantes e mais infraestrutura em Mato Grosso e no Cerrado reforçam a projeção de que o país continuará avançando.

**Que faremos como clima?** – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço aberto – 19/02/2010

A recente sanção presidencial da lei brasileira sobre mudanças climáticas (**Estado**, 29/12), as novas previsões sobre a safra de grãos no País (10/2), ao lado do noticiário sobre desastres provocados por chuvas e inundações nos últimos meses, reafirmam que o País precisa preocupar-se – e muito – com a questão do clima.

Embora se antevêja um aumento da safra de grãos, há culturas e regiões nas quais a queda tem sido relevante, como o caso das safras de milho, feijão e arroz em partes do Centro-Oeste ou do arroz no Sul. E no Centro-Oeste ela tende a continuar.

O tema é ainda mais preocupante quando se toma conhecimento do estudo *Economia da Mudança do Clima no Brasil*, feito por 11 institutos universitários de pesquisa, coordenado por Carolina Dubeux, da Coppe-RJ, e divulgado pelos jornais (7/2). Ali se mostra que em 40 anos, dependendo do cenário, o Brasil poderá perder R\$ 3,6 trilhões em suas safras, por causa de problemas climáticos. E isso inclui redução de áreas aptas para culturas alimentares e acesso mais limitado à água.

Que podem resultar também em maior pressão para ocupar áreas de florestas. O Estado de São Paulo, no pior cenário, pode perder R\$ 1,2 trilhão.

A preocupação não é só brasileira, mas outros países estão à nossa frente em estratégias e cuidados. A Inglaterra – para citar apenas um – tem um Ministério do Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais que já implanta uma estratégia de segurança alimentar planejada para 20 anos, que propõe até uma revolução tecnológica.

É uma descentralização da produção e do comércio, para que eventuais danos sejam menos amplos. Além disso, está mergulhada numa discussão com produtores e consumidores sobre a necessidade – ou não – de reduzir o consumo de carne vermelha,

da mesma forma que o consumo de fertilizantes, pesticidas e combustíveis na produção de alimentos.

Também da ONU vêm notícias (**Estado**, 18/12) das consequências que poderão ter na área de alimentos um aumento de 3 graus Celsius na temperatura do planeta – o horizonte mais provável com a redução insuficiente de emissões de gases oferecida pelos países industrializados e pelos “emergentes”.

As consequências de secas e enchentes seriam muito fortes nas colheitas de países tropicais e mais 550 milhões de pessoas – além do 1 bilhão atual – estariam expostas à fome.

Nesse quadro, a Lei de Mudanças Climáticas sancionada pelo presidente da República parece ainda tímida, ao propor como objetivo reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões brasileiras, calculadas sobre o patamar a que chegariam em 2020 tomando como base o de 2005. Isso equivaleria a cerca de 300 milhões de toneladas anuais de poluentes e ainda deixaria o País com pouco mais de 1,9 bilhão de toneladas/ano (cerca de 10 toneladas anuais por pessoa se até lá a população não crescer muito).

Na apresentação que o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, fez ao Senado sobre o inventário brasileiro de emissões – ainda em preparação e com prazo até março de 2011 para ser submetido ao **Convenção do Clima** –, as emissões brasileiras em 2005 são calculadas em 2.205,3 milhões de toneladas (em equivalentes de carbono), com um aumento de 48,4% sobre 1994, ano do inventário anterior, quando eram 1.484,9 milhões de toneladas. E aumento de 61,7% sobre 1990, quando estiveram em 1.362,3 milhões de toneladas. Um ritmo de crescimento muito preocupante, embora o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) levante questões sobre a conversão do metano em carbono (multiplicando por mais de 20 o número) nos cálculos, que tem muita importância no caso brasileiro.

Seja como for, a comunicação do MCT atribui a “mudanças no uso do solo e florestas” nada menos que 76,3% das emissões em 2005, com 1.202,1 milhões de toneladas, quando eram 747,8 milhões de toneladas em 1994 e 709 milhões em 1990 – ou seja, um aumento de 60,7% sobre o inventário de 1994 e de 69,5% sobre 1990. Ao setor de energia cabem 22% das emissões, a incluir o transporte, a indústria e residencial.

Mas as emissões por esse caminho (346,9 milhões de toneladas em 2005) aumentaram 71% desde 1990.

Uma das questões mais complexas – mesmo a das emissões brasileiras de metano (13,465 milhões de toneladas), de que a agropecuária responde por 71%, principalmente com os gases resultantes da fermentação entérica, no processo de ruminação de alimentos pelo gado. Mas, como está dito atrás, o processo de conversão, multiplicando por 21 os números do metano, resultaria num total de 282,7 milhões de toneladas, equivalentes a cerca de 80% das emissões de todo o setor de energia, incluindo indústria e transportes. Mas essa conversão é posta em questão pelo governo brasileiro e por muitos cientistas. Principalmente porque está em discussão no âmbito do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão científico da **Convenção do Clima**, uma tese de que essa equivalência deve ser reduzida a 3 ou 4, por causa do tempo menor de dissipação do metano e outros fatores (como já se comentou aqui em outros artigos).

Seja como for, um quadro que precisa ser trabalhado pelo Brasil. Porque o País já enfrenta de desastres climáticos severos, porque se prevê agravamento desse

panorama – e ainda não temos uma política abrangente de adaptação e mudanças – e também porque se intensificam as pressões para assumir compromissos (e não apenas metas voluntárias de redução de emissões). E até porque uma redução de menos de 15% sobre as emissões de 2005 parece insuficiente.

O início da campanha eleitoral com certeza aumentará as discussões sobre o tema, como também já se comentou aqui. O que disseram na reunião de Copenhague três candidatos a presidente (Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva), além do presidente Lula, não ter como ficar fora das teses apresentadas ao eleitorado. E será um avanço ver o tema discutido em âmbito nacional.

### **Força-tarefa tenta recuperar imagem da ciência do clima – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 21/02/2010**

Para o pesquisador, aumento da vigilância pública é necessário, mas deverá burocratizar e tornar ainda mais caros os estudos

Para o biólogo que combateu os criacionistas, acabou a "era da inocência" para cientistas habituados a trabalhar sem interagir com a sociedade

Os ataques recentes à ciência do aquecimento global levaram a AAAS (Associação Americana para o Avanço da Ciência) a convocar um simpósio de emergência em seu encontro anual, na Califórnia. Na discussão, anteontem, os cientistas não chegaram a um consenso sobre como lidar com o problema, mas um pesquisador resumiu o que acha que vai acontecer: "A burocracia vai aumentar para os climatólogos". O autor da frase é Gerald North, físico da Universidade A&M do Texas. Segundo ele, o impacto que dois eventos tiveram recentemente na pesquisa de clima deve estimular os próprios cientistas a aumentarem o cuidado ao tratar e repassar os dados que produzem, e isso deixará as atividades do setor mais trabalhosas. Um dos casos foi o roubo de e-mails de cientistas da Universidade de East Anglia, Reino Unido, cujas mensagens sugeriam que pesquisadores se negavam a disponibilizar dados públicos sobre temperaturas a quem os pedisse. Outro era um relatório do IPCC (painel do clima da ONU) com previsões exageradas sobre o sumiço de geleiras no Himalaia. São dois eventos pequenos perto do grande volume de pesquisa feita sobre clima, mas foram suficientes para que jornalistas, políticos e pesquisadores descrentes do aquecimento global lançassem uma onda de ataques sem precedentes. "Isso realmente abalou a confiança do público sobre a condução da ciência, conforme mediram várias pesquisas de opinião, levantamentos, editoriais em jornais e reportagens", disse o presidente da Academia Nacional de Ciências dos EUA, Ralph Cicerone.

"Não estávamos preparados para isso", disse North, encarregado pela academia de auditar trabalhos polêmicos em climatologia em busca de fraudes (leia texto abaixo). "A imprensa não está interessada naquilo que toda uma comunidade de cientistas tem a dizer. Uma história sobre erro ou fraude, claro, é muito mais sedutora." O físico afirma que os cientistas do clima terão de se preparar agora para trabalhar sob vigilância total, caso a climatologia queira recuperar a credibilidade pública que



perdeu.

"Não sei se agora, quando pesquisadores forem escavar amostras de gelo no Ártico, alguém vai pôr um inspetor em cima do ombro deles", disse North à Folha. "Talvez não seja uma ideia ruim, mas aumentará os gastos com pesquisas. Se for algo feito no interesse da transparência e do controle de qualidade, será uma boa coisa." Sugerir um sistema de vigilância para profissionais que estão acostumados a trabalhar com extrema liberdade não foram as únicas palavras duras proferidas durante o encontro da AAAS em San Diego. O biólogo e ex-frade dominicano Francisco Ayala falou em dar um fim à "era da inocência" para os cientistas que ignoram que precisam trabalhar na fronteira entre conhecimento e divulgação do conhecimento. Ayala experimentou isso na própria pele, tendo sido um dos principais defensores da teoria da evolução contra ataques de criacionistas nos últimos anos. A declaração ganhou apoio de Sheila Jasanoff, da Universidade Harvard, que estuda o assunto. "Nós vimos o IPCC declarar que fazia um trabalho "politicamente neutro" apesar de ser "politicamente relevante", mas cientistas sociais que conhecem essa área logo reconheceram isso como algo de um trabalho nessa fronteira." O geneticista Philip Sharp, do MIT, Prêmio Nobel de Medicina, também foi convidado para o simpósio por ter coordenado um relatório da academia de ciências sobre boas práticas com manuseio de dados. "Não acho que isso seja algo em que a comunidade científica esteja investindo bem", disse. Críticas à parte, nenhum dos pesquisadores no simpósio atacou o consenso da climatologia, segundo o qual o aquecimento global existe e é causado por humanos. Aberta a sessão de perguntas, quando um espectador começou a elencar aquilo que seriam provas da inexistência da mudança climática, cada um dos convidados à mesa explicou por que confiava na ciência do clima.

### **Pesquisador reclama de assédio de céticos – Folha de São Paulo - Ciência – 21/02/2010**

Um dos cientistas recrutados para aconselhar os climatólogos já tinha experiência no setor. Gerald North, da Universidade A&M do Texas, tinha liderado um comitê da NAS (Academia Nacional de Ciências) que auditou, em 2006, a mais famosa pesquisa usada como evidência do aquecimento. Conhecido como "taco de hóquei" -uma referência à forma da curva das temperaturas subindo num gráfico-, o trabalho do climatologista Michael Mann, da Universidade da Pensilvânia, mostrava que as temperaturas médias recentes são muito maiores do que as de 400 anos até 1.000 anos atrás. "Logo após o estudo sair, algumas pessoas -que agora se tornaram blogueiros profissionais- passaram a dedicar suas carreiras a criticar esse trabalho em particular", conta North. "A história foi parar no Congresso dos EUA, onde alguns membros favoráveis à indústria de energia a adotaram. Foi aí que a NAS se envolveu." O trabalho de Mann foi então investigado e, apesar de North apontar algumas imperfeições, o comitê o aprovou.

### **Incansáveis**

O veredicto até hoje traz perturbação, diz North, que de vez em quando recebe de

periódicos científicos pedidos de revisão de estudos de céticos do clima. "Outro dia tive de me recusar a ser revisor de um deles", conta. "Respondi que simplesmente não poderia revisar um outro estudo daquela pessoa porque eu sabia o que ela faria. Se o trabalho fosse recusado, ela continuaria insistindo." "Quando blogueiros começam a nos pedir informação incansavelmente, quando podemos considerar que é demais? Quando parar? Primeiro eles podem querer alguns dados brutos de pesquisa, depois pedem dados antigos que não estão digitalizados e só existem em cartões perfurados, depois pedem para você abrir o programa de computador que usou, depois querem que você entregue todas as trocas de e-mails que teve com colegas. Quando é suficiente? Acho que aí já é demais", diz North. (RG)

### **CNA: pecuária pode contribuir para redução de gases de efeito estufa**

Sítio Eletrônico da CNA – 23/02/2010

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) pretende adotar, a partir de agora, estratégias de mobilização para comprovar os efeitos positivos da pecuária para a redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). O tema foi discutido nesta terça-feira (23/2), em reunião conjunta da Comissão Nacional do Meio Ambiente e do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte da CNA, em Brasília. O encontro contou com a participação de pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), que apresentaram estudos que rebatem as acusações de que a atividade seria a grande vilã do meio ambiente.

“É um assunto que tem nos preocupado. É óbvio que a pecuária precisa evoluir, mas a atividade pode ser sim um agente positivo de mitigação das emissões brasileiras. E é nesse sentido que a gente vai trabalhar”, destacou o presidente da Comissão Nacional do Meio Ambiente da CNA, Assuero Doca Veronez. Entre as medidas defendidas por ele para blindar a pecuária das acusações infundadas de ambientalistas, estão a documentação de trabalhos acadêmicos, com respaldo científico, que abordam os efeitos mitigadores da atividade, com ênfase na contribuição que os pecuaristas podem dar na redução da emissão de GEE no ar. “Muitos números apresentados até agora criminalizando a pecuária não correspondem à realidade”, acrescentou Veronez. “O importante neste momento é apoiar todos estes trabalhos”, disse o presidente do Fórum de Pecuária de Corte, Antenor Nogueira.

As palestras realizadas durante o encontro reforçaram a tese defendida pela CNA, mostrando, por exemplo, exemplos de manejos eficientes de pastagens para consumo do rebanho bovino a partir do uso bem sucedido de tecnologia, ao contrário do que ocorre em outros países, cujos animais se alimentam de grãos produzidos com fertilizantes. “Tudo isso, tem uma vantagem comparativa”, destacou Assuero Veronez. Ele explicou que estas pastagens bem manejadas propiciam maior seqüestro de carbono, evitando assim maiores índices de emissão.

Durante sua apresentação, o professor Dante Pazzanese, da ESALQ, enfatizou que nas últimas três décadas os níveis de emissão de GEE caíram 30%. Se antes eram emitidos de 20 a 25 quilos de carbono para cada quilo de carne produzida, hoje há estudos que comprovam que estes patamares hoje chegam à proporção de dez por um. Também explicou que o uso de tecnologias para uma pastagem bem manejadas pode permitir o sequestro de 20 a 30 toneladas de carbono por hectare, reduzindo de forma significativa a emissão de gases nos 200 milhões de hectares existentes hoje de pastagens. “Os dados que denigrem a imagem da pecuária não têm base científica, são superestimados e prejudicam o Brasil do ponto de vista comercial”, afirmou.

Foto: Wenderson Araújo

### **Mapa incentiva recuperação de áreas degradadas e plantio de florestas – Sítio Eletrônico do MAPA – 24/02/2010**

Produtores que investem na recuperação de áreas degradadas e plantio de florestas para uso industrial contam com estímulo de duas linhas de financiamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PropFlora), com limite de R\$ 200 mil/ano por agricultor, destinou, em 2009, cerca de R\$ 250 milhões para o plantio de 150 milhões de mudas de eucalipto ou 25 milhões de seringueiras. O Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa) concede até R\$ 300 mil/ano por beneficiário ou, quando se tratar de projetos produtivos em áreas degradadas, até R\$ 400 mil/ano.

O governo federal tem desenvolvido políticas públicas para apoiar a silvicultura sustentável no País. Além do Programa Nacional de Florestas, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Agroenergia, do Mapa, desenvolve ações de incentivo às florestas energéticas. Já os agricultores familiares têm acesso a R\$ 36 mil/ano do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Florestal (Pronaf Florestal), do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

As unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de Florestas, em Colombo/PR, e de Agroenergia, em Brasília/DF, contribuem com novas cultivares e tecnologias. A Câmara Setorial de Silvicultura, criada pelo Mapa em junho de 2008, também fortaleceu o diálogo entre a cadeia produtiva, indústria e governo. A câmara, entre outras atividades, coordena e propõe diretrizes em sua agenda estratégica para os anos seguintes.

O presidente da Câmara de Silvicultura, Fernando Henrique da Fonseca, endossa o estabelecimento de uma política nacional de apoio às atividades de florestas plantadas, reforçando as políticas públicas já existentes. Para o secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, é fundamental incluir a temática das florestas plantadas nas discussões e negociações relacionadas às questões ambientais e mudanças climáticas.

O mercado florestal contribuiu com 11% do total das exportações do agronegócio brasileiro, alcançando a cifra de US\$ 7,2 bilhões em 2009. A soma corresponde à venda de celulose (US\$ 5,8 bilhões) e painéis, móveis, madeira serrada e compensados. Os embarques de celulose e papel destinam-se, principalmente, aos Estados Unidos, China, União Europeia e Argentina. A participação da commodity no Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 3,5% ou US\$ 37,3 bilhões no ano passado. *(Inez de Podestá)*

**Lula critica UE por "fracasso" em Copenhague** – Simone Iglesias e Fabiano Maisonnave – Folha de São Paulo – Ciência – 24/02/2010

O presidente Lula chamou de "fracasso" a Conferência das Nações Unidas realizada em dezembro, em Copenhague. Chamou de "pobreza de espírito" a tentativa feita por presidentes de países da União Europeia de responsabilizar a China pela falta de entendimento nas metas, fazendo "todo tipo de acordo", sem levar em conta os interesses da África, América Latina e da própria China. "Nem no tempo de sindicalista fiz reunião tão desorganizada como aquela em que estavam os presidentes da França, da Alemanha, da Itália, da Suécia, da Holanda e de tantos outros países importantes, inclusive com representação dos Estados Unidos", disse. "Você não tem dimensão da pobreza de espírito. Presidentes de países importantes, discutindo artigo, para ver se se colocavam de acordo para questionar a China no dia seguinte."

**Aldo une esquerda e ruralistas na reforma do código florestal** – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 24/02/2010

De citações ao ditador chinês Mao Tsé-Tung, à Bíblia e ao "antropocentrismo", passando por ataques a "correntes" do ambientalismo e ao "capitalismo predatório", parlamentares de esquerda uniram-se à ideologia da bancada ruralista para defender ontem a necessidade de reformar o Código Florestal Brasileiro, em vigor desde 1965.

Deputados de PT, PSB e PDT, apoiados por diversos parlamentares ruralistas do PMDB, promoveram um ato político de apoio a Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator da comissão especial criada na Câmara para alterar as atuais regras ambientais. Em um sufocante e calorento auditório da Câmara, Rebelo recebeu elogios unânimes diante da plateia de comunistas, ruralistas, sindicalistas, estudantes e índios trajados com imensos cocares vermelhos. Mas foi questionado por dirigentes de ONGs ambientalistas, como Greenpeace, WWF e SOS Mata Atlântica, por suas intenções de alterar o código.

O movimento de apoio político a Aldo Rebelo, liderado por seu partido, deu algumas pistas sobre como o relator pretende modificar as leis ambientais. Mesmo sendo um crítico ferrenho do processo de concentração de terras derivado das atuais regras, Rebelo informou que não vai "abrir mão" dos conceitos de áreas de reserva legal (RLs) e de preservação permanente (APPs). "Não existe esse conceito no

mundo, mas está no nosso ordenamento jurídico. E São Paulo vai ter 20% de reserva legal, sim", sustentou. Isso obrigaria os produtores a recompor áreas de mata nativa. "Mas vamos com calma. Não vou servir de agente de defesa da agricultura europeia ou americana". O relator também afirmou ser contra a compensação ambiental fora das propriedades originais, ainda que na mesma microbacia hidrográfica. Isso reforçaria, segundo Rebelo, a pressão da "agricultura capitalizada" contra os donos de pequenas áreas de produção. "Precisamos mediar esses interesses econômicos", pregou. E criticou o governo por editar leis que "inviabilizam" o crédito a pequenos produtores que desmataram além do permitido, o que incentivaria a concentração da terra e a expulsão de agricultores e assentados do campo.

Apontadas como linha de apoio a uma "guerra comercial" entre agricultura frágil de países ricos contra "países frágeis" de agricultura forte, os ativistas das ONGs revidaram: "É necessário separarmos quem quer defender os interesses nacionais e quem quer jogar para defender seus próprios interesses", disse o diretor do Greenpeace, Sérgio Leitão. O "ponto central" do debate, segundo ele, é a "necessidade ou não da expansão da fronteira agrícola".

Em nome do PT, o deputado Dr. Rosinha (PR) elogiou a visão de soberania nacional de Aldo Rebelo, mas criticou o modelo de desenvolvimento "individualista e consumista" ao pregar a urgência de limitar a expansão de cultivos como a cana-de-açúcar e evitar a descentralização das leis ambientais aos Estados. "Já pensou se estivesse nas mãos do Arruda aqui em Brasília? Já chega o que estão fazendo no Noroeste", afirmou, em referência ao novo bairro "ecológico" aprovado pelo governador afastado do DF, José Roberto Arruda (sem partido), preso por acusações de corrupção. O líder do PSB na Câmara, Rodrigo Rollemberg (DF), concordou com as teses de Rebelo, mas reivindicou mudanças para proteger o Cerrado e o pagamento por serviços ambientais a produtores: "Este modelo que está aí não me serve. Precisamos mesmo avançar em novas áreas? Só que quem cumpriu a lei no passado não pode ser penalizado hoje", disse.

O presidente da comissão especial e uma das principais lideranças ruralistas do Congresso, Moacir Micheletto (PMDB-PR), voltou a criticar a forma como a legislação foi criada. "Há uma insegurança jurídica no campo. A legislação ambiental hoje é fragmentada, tem caráter ideológico, sem base científica, não protege o meio ambiente e engessa o agronegócio", resumiu. Será preciso, segundo ele, modificar quase todos os pontos do Código Florestal para "adequar" as regras às novas necessidades do país.

**Programa do Mapa reforça Desmatamento Zero na Amazônia** – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/02/2010

**Brasília (25.2.2010)** - Até o final do ano, 110 mil propriedades de gado do Pará serão acompanhadas, por satélite, pelo *Programa Boi Guardião*, que analisa o desmatamento no bioma amazônico. Lançado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o programa já monitora cerca de 15 mil

propriedades incluídas no projeto piloto, desenvolvido no ano passado, e já iniciou o georreferenciamento (registro da localização geográfica) de mais 80 mil fazendas.

Integram o projeto piloto os municípios Marabá, Eldorado dos Carajás, Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte, Tucumã e São Félix do Xingu, no sudeste do Pará. Essa região, com área de 51 mil quilômetros quadrados, é maior que estados como Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro ou Rio Grande do Norte, por exemplo.

O programa conta com parceria do governo do Pará, Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa), Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e frigoríficos.

Ao longo de 2010, o sistema incluirá mais 38 municípios do centro-sul do Pará, também classificados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livres de febre aftosa com vacinação. Na terceira etapa, que começa no final deste ano, o monitoramento alcançará 67 municípios do nordeste do Pará, o Baixo Amazonas e a região da Ilha do Marajó, com 32 cidades, além da totalidade de Rondônia e Mato Grosso. A medida estará plenamente implantada até o final do primeiro semestre de 2011.

**Sistema** - Setenta técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará) cadastraram aproximadamente 20 mil propriedades nas seis cidades paraenses. Munidos de GPS, os agentes registraram a localização geográfica de cada fazenda. O trabalho científico ficou por conta de duas das mais conceituadas instituições de pesquisa do País: Embrapa Monitoramento por Satélite e o Inmet.

Na primeira fase, até dezembro do ano passado, foram feitas imagens das áreas de pastagem. Os analistas identificaram, por padrões de cores, textura e formas geométricas, as áreas ocupadas pela pecuária. Cada pasto foi delimitado e as imagens iniciais serão comparadas aos novos retratos, a cada seis meses. O coordenador do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite (Latis), Divino Figueiredo, acredita que a visualização precisa, permitirá o controle seguro do desmatamento.

**Quem desmata não transporta animal** - Técnicos do governo cruzam, eletronicamente, os dados de georreferenciamento com os de desmatamento das fazendas de gado na Amazônia. A propriedade que derrubar árvores ilegalmente será identificada e poderá, inclusive, perder o direito à Guia de Trânsito Animal (GTA), fundamental para o transporte dos animais.

“Sem esse documento, o pecuarista não pode movimentar os animais para outras fazendas ou para frigoríficos”, adverte o coordenador de Trânsito e Quarentena Animal do Ministério da Agricultura, Luiz Felipe Carvalho. A GTA, que até este ano era preenchida em formulário de papel, agora é eletrônica. O Pará e o Distrito Federal foram as primeiras unidades da federação a adotar o novo sistema do Mapa.

No futuro, com a introdução desse modelo *on-line* em todo o País, as informações sobre origem e destino do gado poderão ser consultadas em tempo real,

além de permitir atualização mais ágil do Cadastro Nacional de Explorações Pecuárias, que registra as propriedades brasileiras. *(Eline Santos)*

### **Ambientalistas e ruralistas disputam comissão** – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 25/02/2010

Deputados das bancadas ruralista e ambientalista disputam de forma acirrada o comando da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Reservado ao Democratas por critérios internos de divisão na Casa, o cargo terá peso político em um ano que deve guindar as questões ambientais ao centro da campanha presidencial. Além disso, a comissão terá influência direta em eventuais alterações das leis ambientais.

Maioria na estratégica comissão, os ruralistas trabalham nos bastidores para emplacar o deputado mineiro Marcos Montes (DEM) no cargo. Parlamentar em primeiro mandato, o médico tem ligações com a pecuária do Triângulo Mineiro e já comandou a Comissão de Agricultura em 2007. Montes também foi vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente no ano passado. Ele tornou-se adversário de ONGs ambientalistas ao relatar um polêmico projeto de lei que anistiará desmatamentos irregulares realizados até 2001 e permitiria a recuperação florestal com espécies exóticas na Amazônia. "Aproximamos o discurso entre as bancadas justamente porque ficamos mais presentes lá", diz Marcos Montes. "Não há radicalismos, discutimos de igual para igual com os ambientalistas e podemos agora consolidar esse consenso".

A bancada ambientalista rejeita Montes e costura apoio suprapartidário ao baiano Jorge Khoury (DEM), ex-secretário de Meio Ambiente da Bahia na gestão do governador Paulo Souto (DEM). Considerado um "neoambientalista", Khoury tem a simpatia de ONGs e mais trânsito na cúpula do partido. A bancada também cogita apoiar outro parlamentar baiano: Luiz Carreira (DEM), ex-secretário estadual de Planejamento na gestão de César Borges (PR).

Líder da Frente Ambientalista, o deputado Sarney Filho (PV-MA) afirma haver acordos políticos firmados com os principais partidos para evitar a influência decisiva de ruralistas na comissão. Em 2009, os ruralistas mudaram a estratégia de isolamento e passaram a ocupar espaços políticos na Comissão de Meio Ambiente. "Eles têm maioria, mas houve uma mudança. Falamos com PSDB, PT e DEM e os entendimentos são para que não mandem ruralistas para lá", diz o deputado. "O DEM ficou de escolher entre o Carreira e o Khoury. Espero que sejam cumpridos esses acordos". Para ele, as conversas com os maiores partidos da Câmara refletem a "preocupação" das agremiações com a campanha ao Palácio do Planalto. "Vamos cobrar responsabilidade desses partidos grandes que pregam proteção ambiental, mas que querem mudar o Código Florestal. Vamos denunciar isso", promete Sarney Filho. Em reunião com ONGs ambientalistas, parlamentares decidiram lançar um manifesto para "desmistificar" os principais pontos defendidos pelos ruralistas nos debates sobre a reforma das leis ambientais.

Uma das principais lideranças ruralistas do Congresso, e bastante influente em seu partido, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirma que "há forte consenso interno" em favor do deputado Marcos Montes. "Tudo indica que ele será o presidente. Ele tem um perfil conciliador e tem ampla legitimidade no setor para debater assuntos ambientais", diz. Kátia Abreu é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA).

**Como avaliar a sustentabilidade** – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião  
– 25/02/2010

A sustentabilidade só poderá ser avaliada se o desempenho econômico e a qualidade de vida também puderem ser medidos com novas ferramentas, que nada têm a ver com os atuais PIB e IDH. Esse é o principal resultado de um elusivo debate que já tem quase quarenta anos, desencadeado em 1972 por um trabalho que continua amplamente visto como "seminal": o capítulo "Is growth obsolete?" de William D. Nordhaus e James Tobin, no quinto volume da série Economic Research: Retrospect and Prospect, do National Bureau of Economic Research (NBER).

Como diz o título, o foco não estava propriamente em indicadores, e sim na discussão sobre uma eventual obsolescência do crescimento econômico. E a argumentação se ancorou na teoria econômica canônica para refutar esse tipo de contestação, que se intensificara nos anos 1960. Mas o principal resultado foi a tese de que o progresso indicado pelas medidas resultantes da contabilidade nacional convencional (como PNB ou PIB) não se altera ao ser substituído por uma medida efetivamente orientada para o bem-estar.

Para tanto, introduziram uma série de correções no método de cálculo do produto (nacional ou apenas interno), de maneira a - por um lado - retirar componentes que não contribuem para o bem-estar. E - por outro - acrescentar alguns dos que o fazem, mesmo que não entrem no cálculo convencional por não fazerem parte da produção. Chegaram assim à construção de uma "Medida de Bem-estar Econômico", ou MEW na sigla em inglês.

O primeiro passo dessas complicadas correções foi evidentemente se voltar ao produto líquido, em vez do bruto, considerando algumas das imprescindíveis depreciações. Logo depois foi introduzida a ideia de um nível de consumo per capita que não excede a tendência de aumento da produtividade do trabalho, chamado pelos autores de "sustentável". Para eles, se o consumo per capita exceder esse nível dito, significa que ele está avançando sobre parte dos frutos do progresso futuro.

Na conclusão comparam os resultados obtidos com a medida de bem-estar econômico (MEW) aos dados do produto líquido, em vez de compará-los ao PNB ou ao PIB, o que teria sido bem mais coerente com o objetivo do trabalho. Se não tivessem usado tal subterfúgio, certamente teriam obtido conclusão inversa. E o pior é que hoje chega a ser difícil acreditar que a dupla não tenha incluído estimativas de



qualquer dano ambiental ou depleção de recursos naturais nos cálculos do que chamaram de "MEW-S": Medida de Bem-estar Econômico Sustentável.

Foi somente dezessete anos depois que surgiu o "Índice de Bem-estar Econômico Sustentável" (ISEW na sigla em inglês), graças à importante contribuição do economista ecológico Herman E. Daly, em livro que resultou de parceria com John B. Cobb Jr.: "For the Common Good" (1989). Teve enorme repercussão, pois foi depois calculado em ao menos 11 outros países: Canadá, Alemanha, Reino Unido, Escócia, Áustria, Holanda, Suécia, Chile, Itália, Austrália e Tailândia. E em 2004 se transformou no Indicador de Progresso Genuíno (GPI na sigla em inglês), criado pela ONG americana Redefining Progress (<http://www.rprogress.org>).

O grande problema da abordagem ISEW - e que até piorou no GPI - é que a precificação de danos ambientais, de ganhos de lazer e de trabalho doméstico ou voluntário, por exemplo, é altamente especulativa. Por mais que economistas convencionais e alguns ecológicos venham a aperfeiçoar seus métodos de valoração, os resultados jamais serão persuasivos. Sempre será um exercício arbitrário atribuir grandezas monetárias a prejuízos ou ganhos que não têm preços determinados por mercados.

Na falta de alternativa, é claro que um juiz deve preferir que o valor de uma indenização seja calculado por algum desses métodos. Mas coisa muito diferente é pretender que o mesmo será aceito pela sociedade quando se trata de atribuir grandezas monetárias a danos causados por poluições, ao trabalho de pais e mães na criação de seus filhos, ou aos cuidados familiares com os mais idosos.

Além disso, correções e extensões do PIB até poderiam levar a um indicador que servisse para chamar a atenção sobre a evolução divergente entre o desempenho de uma economia nacional e o bem-estar econômico que ela foi capaz de gerar. Mas isso tem muito pouco a ver com a ideia de sustentabilidade, que, por sua vez, se refere necessariamente ao futuro. Mostrar que a taxa de aumento do bem-estar econômico é inferior à taxa de aumento do PNB ou do PIB nada diz a respeito da possibilidade de que ambos sejam ou não sustentáveis.

Tudo isso provavelmente mudará com a assimilação das mensagens e recomendações que estão no Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress ([www.stiglitz-sen-fitoussi.fr](http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr)). A primeira grande contribuição dessa Comissão já foi a de mostrar com muita clareza que existem três problemas bem diferentes, que não deveriam ter sido misturados nem isolados, como ocorreu ao longo desses quase 40 anos de debate. Uma coisa é medir desempenho econômico, outra é medir qualidade de vida e uma terceira é medir a sustentabilidade ambiental do processo.

Para essas três questões o relatório deu orientações muito mais radicais do que supunha a maioria dos observadores: 1) O PIB (ou PNB) deve ser inteiramente substituído por uma medida bem ajustada de renda domiciliar disponível, e não de produto; 2) A qualidade de vida só pode ser medida por um índice composto sofisticado, que incorpore inclusive recentes descobertas desse novo ramo que é a economia da felicidade; 3) A sustentabilidade ambiental exige um pequeno grupo de

indicadores físicos, e não de malabarismos que artificialmente tentam precificar coisas que não são mercadorias.

Em suma: o relatório propõe a superação da contabilidade produtivista, a abertura do leque da qualidade de vida, e todo o pragmatismo possível com a sustentabilidade ambiental.

**José Eli da Veiga, professor titular da Faculdade de Economia (FEA) e do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo, escreve mensalmente às terças, excepcionalmente este mês, na quinta-feira.**

**Crise acentua impasse de Copenhague – Daniella Chiaretti – Valor Econômico – Especial – 25/02/2010**

O executivo de sotaque francês perguntou sem constrangimento: "Com as notícias diárias que a Europa está passando por problemas financeiros e que os Estados Unidos também têm dificuldades, vocês não acham irrealista a estratégia de sempre, de pedir dinheiro para o mundo em desenvolvimento?". O interlocutor brasileiro, um dos negociadores mais experientes do país no regime climático, não piscou: "Irrealista por quê?". José Domingues Miguez, coordenador-geral de mudanças do clima do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), prosseguiu: "Este é só um ponto de vista, o dos europeus". O diálogo, que ocorreu ontem durante um seminário em São Paulo, ilustra que a negociação internacional por um acordo climático recomeça este ano exatamente no mesmo impasse da conferência de Copenhague - com os conflitos Norte-Sul explicitados.

A temporada do circuito do clima reabre em 9 de abril, provavelmente em Bonn, com uma reunião dos dois trilhos de negociação - o dos países com metas no Protocolo de Kyoto e o dos países que não têm metas mas assinam a convenção do clima. Se a notícia rompe a paralisia que sucedeu à CoP-15, a pauta não é exatamente excitante: marcar os próximos encontros e ver como o circo climático continua para chegar a Bonn, em junho, mais azeitado, e terminar o ano em Cancún, no México, na CoP-16.

Isso sem falar nas reuniões paralelas - o grupo dos Basic, que reúne China, Brasil, Índia e África do Sul já se encontrou em Nova Déli, em janeiro, e tem outra reunião em abril, na Cidade do Cabo. Negociadores japoneses encontram brasileiros nos próximos dias. Em março e maio, França e Noruega chamam reuniões sobre Redd (o mecanismo ainda não implementado sobre a redução de emissões de gases-estufa por desmatamento), mas com debates e projetos a todo vapor. E a reunião em Cochabamba, na Bolívia, puxada por um dos países que rejeitaram o fraco Acordo de Copenhague na plenária das últimas horas da CoP-15, parece concorrida: os bolivianos dizem esperar sete mil pessoas.

"Porque não é realista? O irmão do Norte imprime dinheiro quando precisa", continuou Miguez, questionado durante seminário sobre oportunidades e desafios do mercado de carbono no pós-CoP-15, promovido por várias empresas do setor e pela BM&FBovespa. Miguez, que também é da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, das Nações Unidas, prosseguiu lembrando os US\$ 700 bilhões que surgiram para dar solvência aos bancos, durante a crise financeira mundial, e que o Acordo de Copenhague prevê apenas US\$ 30 bilhões, em quatro anos, para os países mais vulneráveis à mudança climática. "Você quer penalizar Índia, China e Brasil?", continuou Miguez. "Essa é uma discussão perigosa."

Ele falava a 120 executivos que atuam ou querem atuar com projetos de geração e venda de créditos de carbono, ligados a empresas de consultoria, de energia, de telecomunicações, de usinas de álcool e açúcar. Os empresários buscam informações para prosseguir com suas decisões de investimentos depois que o acordo internacional não aconteceu em Copenhague. Enquanto a regulamentação não vem, observam os movimentos do chamado mercado voluntário, que corre em paralelo ao regido pelas regras do Protocolo de Kyoto. O preço do carbono caiu 10% depois da CoP-15, mas o mercado continua promissor, dizem os analistas. "O mercado continua crescendo muito, mesmo sem regulação", disse Divaldo Rezende, diretor executivo da Cantor CO2e Brasil. Ele deu os números: foram US\$ 60 bilhões em 2007 e o dobro deste valor no ano seguinte. Em 2009 o mercado cresceu pouco, movimentando US\$ 125 bilhões e, para este ano, as previsões falam em US\$ 170 bilhões. "Isso com todas as inseguranças nas regras e sem a entrada dos americanos", celebrou. Em 2020, quando os Estados Unidos entrarem no jogo, Rezende estima um horizonte de negócios globais de US\$ 3 trilhões.

O Brasil tem 5804 projetos de MDL, a sigla para Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, instrumento previsto no Protocolo de Kyoto pelo qual empresas que não conseguem cumprir sua meta em casa podem fazê-lo investindo em projetos de tecnologia limpa em países em desenvolvimento. China e Índia, com matrizes energéticas mais sujas, têm uma fatia maior deste bolo. Os projetos de MDL brasileiros significam redução anual de 47 milhões de toneladas de carbono nas emissões de gases-estufa. A um preço médio de US\$ 10 a tonelada, são US\$ 476 milhões com a venda de créditos. "O carbono é nosso 17º produto de exportação", disse ele. Em 8 de abril, na BM&FBovespa, ocorrerá o primeiro leilão deste tipo de créditos.

Se o mercado anda, à revelia das indefinições do acordo internacional, a falta de clareza que a CoP-15 jogou no processo de negociação abre o tal cenário "perigoso", nas palavras de Miguez, a "própria Babilônia, com cada país com seu próprio sistema de regulação, onde ninguém se entende e prevalece a lei do mais forte." Ele identifica esse panorama com o cenário mais pessimista do IPCC, o painel científico da ONU. Para os cientistas, se os países não fizerem nada, a temperatura do planeta pode chegar a 6° C em 2100. Para Miguez, esse é o quadro do cenário de conflito, onde os países estão preocupados com o ambiente, mas mais angustiados com sua própria segurança energética para enfrentar invernos tão rigorosos quanto o deste ano, no hemisfério Norte. "Então é a Europa, os Estados Unidos, a China queimando carvão e a Terra virando Vênus", resume.

O conflito Norte-Sul nas negociações do clima, cada vez mais explícito, se sustenta em dois vetores opostos de pensamento. Para os industrializados, o futuro é o problema - então, as emissões das nações emergentes, em crescimento, têm que ser freadas. Para o lado de cá, o argumento é o passado. Foi a industrialização dos outros que causou o problema e a responsabilidade deles é maior que a dos emergentes. "E há o efeito acumulativo dos gases-estufa na atmosfera", reforçou. A maior parte do CO2 emitido permanece ali por 100 anos e 20% fica por 800 anos.

O físico José Goldemberg deu a visão da Ciência: as emissões mundiais continuam aumentando quase 2% ao ano e nesse ritmo chega-se a um aumento de 2° C na temperatura em 2050, o que é muito. Para o clima, disse, "não importa se quem emite é a China ou os Estados Unidos". Continuou: "Copenhague significou a perda das ilusões. É muita ingenuidade pensar que a China vai mudar sua trajetória de crescimento em base a decisões tomadas pelos outros."

**O contra-ataque ambiental dos ruralistas** – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 25/02/2010

Os produtores rurais começaram ontem a colocar em prática uma estratégia política para "sair das cordas" na contenda ambiental ao anunciar um amplo programa de pesquisas para revisar os conceitos e índices hoje utilizados na proteção de biomas e ecossistemas do país.

O "Projeto Biomas", que custará R\$ 20 milhões ao longo de nove anos, oferecerá as bases científicas para a alteração dos critérios de áreas de proteção ambiental, criando um novo conceito de "áreas sensíveis" e fixando graus diferentes de preservação a ser aplicados em áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal (RLs).

Conduzidas pela Embrapa, estatal vinculada ao Ministério da Agricultura, as pesquisas envolverão 350 pesquisadores e servirão como base científica para as teses políticas dos ruralistas no Congresso Nacional. "Vamos recuperar áreas sensíveis e dar base para novas leis no Congresso", avisou a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

A parceria CNA-Embrapa ocorre no momento de maior tensão dos embates entre ruralistas e ambientalistas por causa da reforma do Código Florestal Brasileiro, em vigor desde 1965. "Temos que nos livrar dessa sopa de letras. Não interessa os atuais percentuais de reservas legais ou a declividade de APPs. O objetivo é recuperar o que foi feito por desconhecimento ou os problemas causados pelas mudanças na legislação", disse a senadora.

A "nova fase" de relacionamento dos ruralistas com as questões ambientais deve fazer prevalecer a "razão científica". "Não dava mais para ser esmagado e visto como bandido. Entregamos os destinos do setor à ciência", afirmou Kátia Abreu.

O projeto prevê pesquisas iniciais em seis áreas de 500 hectares em cada um dos seis biomas nacionais - Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, Caatinga e Pampa. As premissas são "desmatamento zero", pagamento por serviços ambientais como compensação pela manutenção de florestas, reflorestamento de APPs fluviais, encostas e topos de morros, além de consolidação de áreas de produção de alimentos.

A Embrapa coordenará os trabalhos de gestão, seleção de "fragilidades" e a implantação de uma rede nacional de experimentação em 3 mil hectares, que será estendida para até 15 mil hectares em outras etapas. A parceria também prevê a transferência de tecnologia aos produtores.

"Temos que desapixonar e tirar o partidarismo do assunto. Vamos fazer patrimônio valer mais por ser absolutamente correto", defendeu a presidente da CNA, que lamentou a ausência de ONGs ambientalistas e de representantes do Ministério do Meio Ambiente no anúncio do novo projeto. "Não podemos deixar dividir o Brasil. Não precisamos de ministros que tentam disseminar a discórdia", afirmou, em referência indireta ao ministro Carlos Minc. "Precisamos findar essa divisão sem razão de ser entre ruralistas e ambientalistas."

No evento, que reuniu as principais lideranças do setor rural na sede da CNA, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, atacou diretamente as ONGs ambientalistas. "Até aqui, meio ambiente era monopólio de ambientalistas. Só eles decidiam sobre o tema", criticou. Adversário interno do colega Carlos Minc, o ministro reclamou da exclusão de sua Pasta das discussões sobre meio ambiente. "Até 30 dias antes da COP [conferência da ONU sobre mudanças climáticas], o ministério não tinha sido chamado para debater o tema". Para ele, o ambientalismo é uma "doutrina" que precisa ser aplaudida.

Conforme o presidente da Embrapa, Pedro Arraes, foram superadas algumas das principais divergências científicas que impediam a aproximação da agricultura com o meio ambiente.

### **Painel do clima terá auditoria externa para avaliar dados – Folha de São Paulo – Ciência – 27/02/2010**

ONU anuncia decisão em meio a crise de credibilidade dos dados do IPCC sobre os impactos do aquecimento global

Comissão independente terá "figuras de alto calibre", diz Pnuma; grupo discute veto a estudos científicos sem revisão técnica formal

A ONU anunciou que vai nomear um grupo independente de cientistas para a tarefa de revisar o trabalho do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática),

que passa por uma crise de credibilidade devido a um conjunto de erros divulgados nos últimos meses. No seu relatório de 2007, ano em que o painel recebeu o Prêmio Nobel da Paz e colocou a mudança climática no topo da agenda mundial, o IPCC incluiu a informação errada de que as geleiras do Himalaia desapareceriam até 2035. Esse e outros equívocos deram combustível para o ressurgimento do ceticismo climático -a descrença na existência do aquecimento global- mas a ONU diz que a maior parte das afirmações do IPCC ainda é sólida. O grupo de cientistas será parte de uma revisão do trabalho do IPCC a ser anunciada na semana que vem, disse Nick Nuttall, porta-voz do Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). "Serão figuras científicas de alto calibre, mas agora ainda não posso dar os nomes", afirmou. "Eles deverão revisar o trabalho do IPCC, produzir um relatório até agosto, digamos, a tempo de ele poder ser adotado na plenária do IPCC que acontece na Coreia do Sul, em outubro", explicou o porta-voz durante uma conferência do Pnuma em Nusa Dua, na ilha indonésia de Bali, onde ministros do Ambiente estão reunidos. "No momento, o painel de revisão ainda não existe. Ontem [anteontem], os Estados-membros [da Convenção do Clima] deixaram mais ou menos claro como gostariam que esse painel fosse, ou seja, totalmente independente e não indicado pelo IPCC, mas sim por um outro grupo de cientistas independentes", disse Nuttall. "Acho que vamos conseguir algo conclusivo nesse tema."

## **"Literatura**

## **cinza"**

De acordo com ele, a revisão deverá decidir se é preciso proibir o uso de "literatura cinza" (termo usado para descrever estudos que não passaram por revisão por pares e, portanto, são considerados menos confiáveis) nos relatórios do IPCC. Por enquanto, as regras do órgão permitem referências à "literatura cinza". Pesquisadores dizem que esses materiais, como relatórios de agências governamentais ou trabalhos confiáveis que não tenham sido publicados em revistas científicas, são cruciais para tentar obter um quadro amplo do estado atual da ciência climática. Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma, se diz contrário à proibição do uso da literatura cinza e afirma que a imprensa exagerou os erros do IPCC. Um dado sobre a sensibilidade da Amazônia a secas, por exemplo, havia sido criticado por ter sido extraído de um relatório da WWF. A ONG, porém, se baseara numa pesquisa publicada na "Nature" pelo cientista Daniel Nepstad, que endossou os números usados.

O relatório de 2007, listando causas e os impactos da mudança climática, cita mais de 10 mil artigos científicos e tem mais de 3.000 páginas. É a principal fonte para os responsáveis por políticas públicas no combate à mudança climática. Críticas ao IPCC, porém, não se restringem ao uso de "literatura cinza". Nos e-mails que foram roubados de cientistas da Universidade de East Anglia -o caso apelidado de "climagate"-, membros do painel sugeriam vetar acesso de céticos do clima a dados de temperatura e barrar seus estudos em periódicos científicos indexados.

Coordenador  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



nead

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

